



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA
FEDERAL

Relatório de Gestão
UASG 200127 Gestão 00001
1ª Via

2006



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA
FEDERAL

Relatório de Gestão
UASG 200127 Gestão 00001
2ª Via

2006

ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS – EXERCÍCIO 2006		
Tomadas de Contas dos ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO		
ÓRGÃO/ENTIDADE	RECURSOS GERIDOS (art. 3º, parágrafo 2º DN)	
RESPONSÁVEL PELA JUNTADA DOS DOCUMENTOS – PEÇAS EXIGIDAS (ART. 14, IN/TCU 47/2004)	LOCALIZAÇÃO (Volume/fls.)	
1. UNIDADE		
I. Declaração do dirigente máximo da unidade jurisdicionada sobre a fidedignidade de informações constantes do rol de responsáveis, contidas em banco de dados informatizado.		
II. Relatório de Gestão com os conteúdos do anexo II apresentados em títulos específicos, destacando a localização dos itens abaixo discriminados		
- Demonstrativo sintético de TCE, conforme indicado no item 14 do Anexo II (Deve ser apresentado e capeado em volume destacável das contas com numeração própria de suas folhas)		
- Demonstrativo relacionando TCE; conforme indicado no item 12 do Anexo II		
- Demonstrativo contendo informações de danos ressarcidos, conforme indicado no item 13 do Anexo II		
III. Informações contábeis		
- Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada sobre as informações constantes do SIAFI		
- Demonstrativo dos pagamentos de despesas de natureza sigilosa, incluindo aqueles efetuados mediante suprimento de fundos		
IV. Declaração da Unidade Regional de Pessoal quanto ao atendimento por parte dos responsáveis da obrigação de apresentação da declaração de bens e rendas		
V. Relatórios e pareceres de órgãos e entidades que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão		
- Relatório emitido pelo órgão de correição com a descrição sucinta das comissões de Inquérito e Processos Administrativos Disciplinares instaurados na unidade jurisdicionada no período com o intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou corrupção.		
LOCAL/DATA	ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL	
2. ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO		
VI. Relatório de auditoria de gestão, emitido pelo órgão de controle interno competente		
VII. Certificado de auditoria emitido pelo órgão de controle interno competente		
SITUAÇÃO		
1 () A Tomada de Contas está constituída de todas as peças relacionadas no art. 14 da IN/TCU 47/2004 e conteúdos constantes dos Anexos II e VIII da DN/TCU ___/200___, estando em condição de ser encaminhada ao TCU.		
2 () Ausente(s) na Tomada de Contas a(s) peça(s)/conteúdo(s) exigido(s) pela IN/TCU 47/2004 e pela DN/TCU ___/200___, relacionado(s) abaixo, com a respectiva justificativa, se houver.		

LOCAL/DATA	ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL	
3. ASSESSOR ESPECIAL/SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO		

IX. Pronunciamento ministerial ou da autoridade equivalente

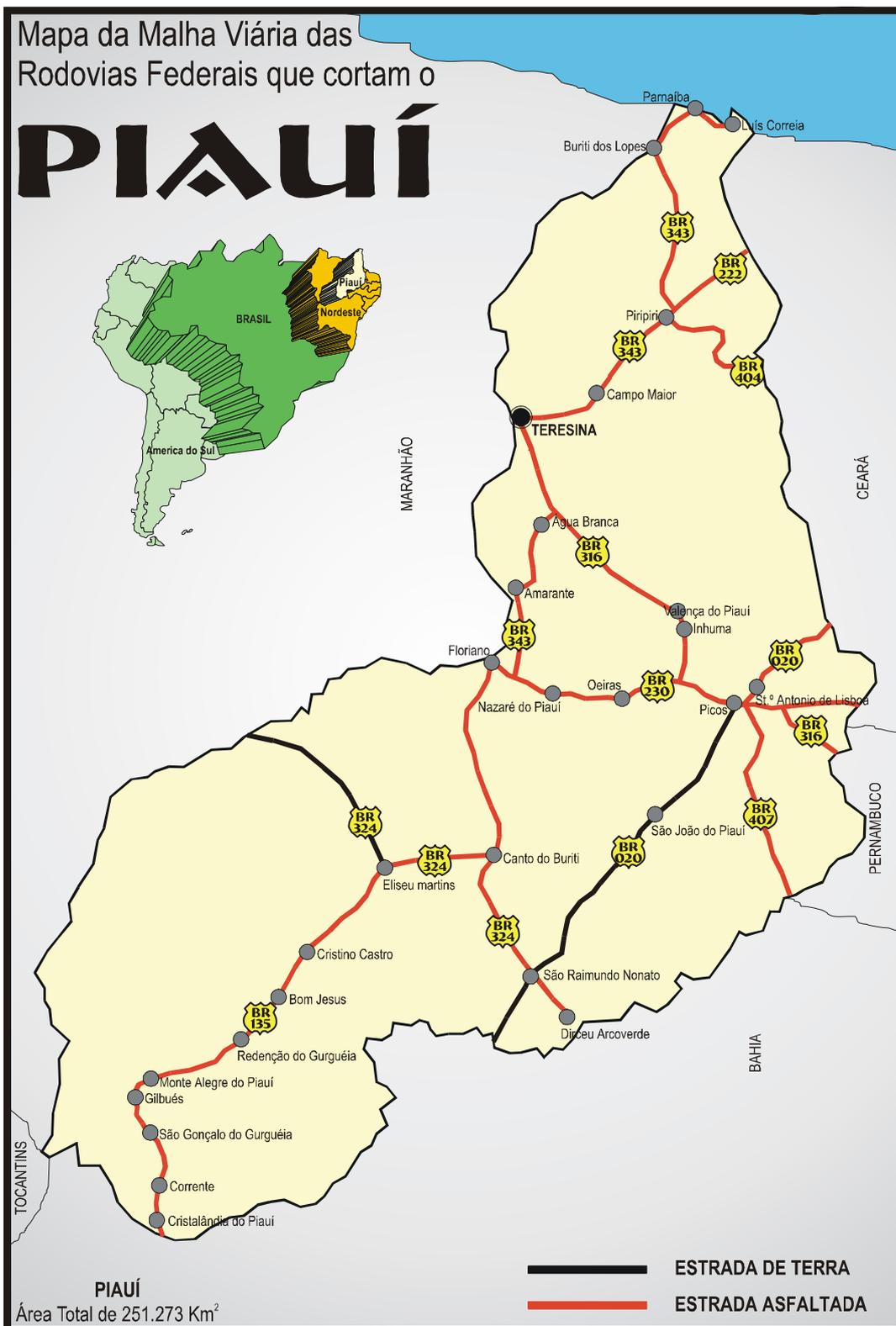
LOCAL/DATE

ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL

ROL DE RESPONSÁVEIS

Mapa da Malha Viária das
Rodovias Federais que cortam o

PIAUÍ



ROL DE RESPONSÁVEIS DA 17ª SPRF/PI

- **SUPERINTENDENTE**
BERNARDO JOSÉ CARVALHO VAL

- **NÚCLEO APOIO JURÍDICO REGIONAL**

JOABLE DE CARVALHO CHAVES

- **NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
SYLMARA LEITE BENTO

- **NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA**
DORIEDSON VIANA DOS SANTOS

- **SEÇÃO DE POLIC. E FISCALIZAÇÃO**
VALDECI ALVES DO NASCIMENTO

- **NÚCLEO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS**
FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES SOBRINHO

- **NÚCLEO DE MULTAS E PENALIDADES**
RAIMUNDO JOSÉ MARTINS RAMEIRO

- **NÚCLEO DE ACIDENTES E MEDICINA RODOVIÁRIA**
PAULO DE TARSO PASSOS FERNANDES

- **SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**
CARLOS FRANCISCO MAURIZ LOPES

- **NÚCLEO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**
JAHELTON SOARES DA SILVA

- **NÚCLEO DE PATRIMÔNIO E MATERIAL**
HÉLIO ARAÚJO SILVA

- **NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO**
SÉRGIO RICARDO BEZERRA ARAÚJO

- **NÚCLEO DE SERVIÇOS GERAIS**
ANERÃO DA SILVA COUTINHO NETO

- **NÚCLEO DE INFORM. E TELECOMUNICAÇÕES**
PAULO ROBERTO PINTO VERAS

- **SEÇÃO DE CORREIÇÃO E DISCIPLINA**
JOSÉ DE CASTRO NETO

- **NÚCLEO DE ASSUNTOS INTERNOS**
MARCELA DE SOUSA RIBEIRO

- **SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**
ELIZA SANTOS DE MORAIS

- **NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL**
EDNA MARIA CANTANHEDE FERREIRA DA COSTA

- **NÚCLEO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL**
SELMA MARIA DOS SANTOS MOURA

NOMINATA DAS DELEGACIAS

- **DELEGACIA 17/1 (TERESINA)**
JOÃO FRANCÍLIO BARBOSA VIANA

- **NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO**
ISAÍAS CARLOS DE ARAÚJO FURTADO SEGUNDO

- **DELEGACIA 17/2 (PIRIPIRI)**
ROBERTO DO REGO MONTEIRO MELO

- **NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO**
GILSON RODRIGUES DE SAMPAIO

- **DELEGACIA 17/3 (FLORIANO)**
AGUSTINHO FERREIRA DO NASCIMENTO

- **NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO**
WELINGTON **BATISTA** RODRIGUES

- **DELEGACIA 17/4 (PICOS)**
GILDWÂNIO BARROS LEAL

- **NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO**
BENEDITO DE SOUSA LIMA

- **DELEGACIA 17/5 (PARNAÍBA)**
CLEVA MARIA DA SILVA CARVALHO

- **NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO**
FERNANDO **FERRARE** VAL SOUSA

RELATÓRIO DE GESTÃO

DA IDENTIFICAÇÃO

A 17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL DO PIAUÍ, inscrita no CGC-MF sob o nº 00.394.494/0122-23, entidade desconcentrada da Administração Direta, órgão integrante do Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Ministério da Justiça, com domicílio localizado à Av. João XXIII, nº 1516, Bairro dos Noivos, cep 64.045-000, com endereço eletrônico <http://portalnet.sede.dprf.gov.br>, com Unidade Administrativa de Serviços Gerais (UASG) de nº 200127 e com nome 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal do Piauí, com Regimento Interno disposto na Portaria nº 3.741, de 15.12.2004, publicado no DOU na mesma data, tem por finalidade, além do disposto no parágrafo 2º do artigo 144 da Constituição Federal, a competência estabelecida no artigo 20 da

Lei 9.503, de 23.09.1997, Código de Trânsito Brasileiro, e o disposto no Decreto n. ° 1.655, de 03.10.1995, e especificamente:

- I. Preservar a ordem, a segurança pública e a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros, assim como exercer o planejamento, a coordenação e a supervisão do policiamento rodoviário, executando operações relacionadas com serviços de segurança, por meio do patrulhamento ostensivo e estradas federais;
- II. Exercer os poderes de autoridade de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, bem como executar o policiamento, a fiscalização e a inspeção do trânsito e do transporte de pessoas e bens, além de supervisionar, inspecionar o tempo de direção dos motoristas de veículos de transporte de cargas e de passageiros;
- III. Autuar infratores, impor multas, aplicar penalidades administrativas e adotar as demais medidas cabíveis, relativas ao trânsito e ao transporte, bem como arrecadar as multas aplicadas, as taxas e os valores decorrentes de prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais e serviços de guincho;
- IV. Realizar o planejamento, a coordenação, a supervisão e a execução dos serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias e estradas federais, bem como promover a coleta de dados e informações sobre as ocorrências e as estatísticas de trânsito;
- V. Realizar perícias, levantamento de locais, análise de disco diagrama, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em lei ou regulamentos, imprescindíveis à completa elucidação dos acidentes de trânsito;
- VI. Adotar providências para assegurar a livre circulação da via, notadamente em casos de acidentes de trânsito, podendo solicitar a presença de outras autoridades, quando as providências requeridas excederem de sua competência, bem como solicitar às unidades de engenharia do órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais para o restabelecimento da fluência do tráfego;
- VII. Proceder à apreensão de veículos, objetos e animais que se encontrem irregularmente nas faixas de domínio das rodovias federais, recolhendo-os a local adequado e devolvendo-os aos seus legítimos donos, mediante pagamentos de multas e indenizações dos custos de manutenção e guarda, podendo providenciar a alienação daqueles não reclamados no prazo de noventa dias, contados da data da apreensão;
- VIII. Manter articulação com Órgãos do sistema nacional de trânsito, de Transporte e de Segurança Pública, promovendo o intercâmbio de informações, objetivando o combate à violência do trânsito e a implementação de ações integradas de segurança pública;
- IX. Zelar pela observância das disposições legais e administrativas relativas ao direito de vizinhança nas vias sob jurisdição federal, promovendo a interdição das construções, obras e instalações não autorizadas nas faixas de domínio ou que possam interferir na segurança do trânsito;
- X. Executar, promover e participar das atividades de orientação e educação para a segurança do trânsito, bem como desenvolver trabalho contínuo e permanente de prevenção de acidentes de trânsito, socorro e salvamento de vítimas;
- XI. Informar ao órgão responsável pela manutenção e conservação da via sobre as condições de tráfego das rodovias, que possam atentar contra a segurança do trânsito, adotando medidas emergenciais à sua proteção;
- XII. Prestar informações aos usuários sobre condições das rodovias, relativamente ao trânsito e ao transporte rodoviário de passageiros e de cargas;
- XIII. Exercer a fiscalização, o policiamento e o controle do tráfego nos postos de pesagem e pedágio;

- XIV. Credenciar, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de guincho e remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis e de produtos perigosos;
- XV. Executar medidas de segurança, planejamento e escolta nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estados, Diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando solicitado;
- XVI. Efetuar a fiscalização e o controle do trânsito e do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na Lei n. 07 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- XVII. Colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, o furto e roubo de veículos e outros bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previsto em lei; e
- XVIII. Realizar concursos públicos, outros processos seletivos, cursos, estágios, formação, treinamento e demais atividades de ensino, na área de sua competência.

DA APRESENTAÇÃO

Cumprindo determinação expressa em Decisão Normativa TCU nº 81, de 06 de dezembro de 2006, atendendo à Instrução Normativa TCU nº 47, 27 de outubro de 2004, bem como à Norma de Execução nº 03, de 28 de dezembro de 2006, a administração Regional da 17ª Superintendência Regional, órgão do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e integrante da estrutura regimental do Ministério da Justiça, apresenta para apreciação, o presente **Relatório de Gestão** exercício 2006.

DAS COMPETÊNCIAS LEGAIS E REGIMENTAIS

A 17ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal do Estado do Piauí, unidade desconcentrada do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, com Regimento Interno constante na Portaria nº 3.741, de 15 de dezembro de 2004, tendo suas competências estabelecidas no §2º do artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil, no artigo 20 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, no Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995, apresenta, conforme artigo 2º, inciso II e §1º, inciso XVII juntamente com os artigos 75 ao 95, todos da Portaria nº 3.741/2004, a seguinte estrutura organizacional:

SUPERINTENDENTE
BERNARDO JOSÉ CARVALHO VAL

NÚCLEO APOIO JURÍDICO REGIONAL
JOABLE DE CARVALHO CHAVES

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
SYLMARA LEITE BENTO

NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA
DORIEDSON VIANA DOS SANTOS

SEÇÃO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
VALDECI ALVES DO NASCIMENTO

NÚCLEO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS
FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES SOBRINHO

NÚCLEO DE MULTAS E PENALIDADES
RAIMUNDO JOSÉ MARTINS RAMEIRO

NÚCLEO DE ACIDENTES E MEDICINA RODOVIÁRIA
PAULO DE TARSO PASSOS FERNANDES

SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
CARLOS FRANCISCO MAURIZ LOPES

NÚCLEO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
JAHELTON SOARES DA SILVA

NÚCLEO DE PATRIMÔNIO E MATERIAL
HÉLIO ARAÚJO SILVA

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO
SÉRGIO RICARDO BEZERRA ARAÚJO

NÚCLEO DE SERVIÇOS GERAIS
ANERÃO DA SILVA COUTINHO NETO

NÚCLEO DE INFORM. E TELECOMUNICAÇÕES
PAULO ROBERTO PINTO VERAS

SEÇÃO DE CORREIÇÃO E DISCIPLINA
JOSÉ DE CASTRO NETO

NÚCLEO DE ASSUNTOS INTERNOS
MARCELA DE SOUSA RIBEIRO

SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
ELIZA SANTOS DE MORAIS

NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

EDNA MARIA CANTANHEDE FERREIRA DA COSTA

NÚCLEO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL
SELMA MARIA DOS SANTOS MOURA

NOMINATA DAS DELEGACIAS

DELEGACIA 17/1 (TERESINA)
JOÃO FRANCÍLIO BARBOSA VIANA

NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
ISAÍAS CARLOS DE ARAÚJO FURTADO SEGUNDO

DELEGACIA 17/2 (PIRIPIRI)
ROBERTO DO REGO MONTEIRO MELO

NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
GILSON RODRIGUES DE SAMPAIO

DELEGACIA 17/3 (FLORIANO)
AGUSTINHO FERREIRA DO NASCIMENTO

NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
WELINGTON BATISTA RODRIGUES

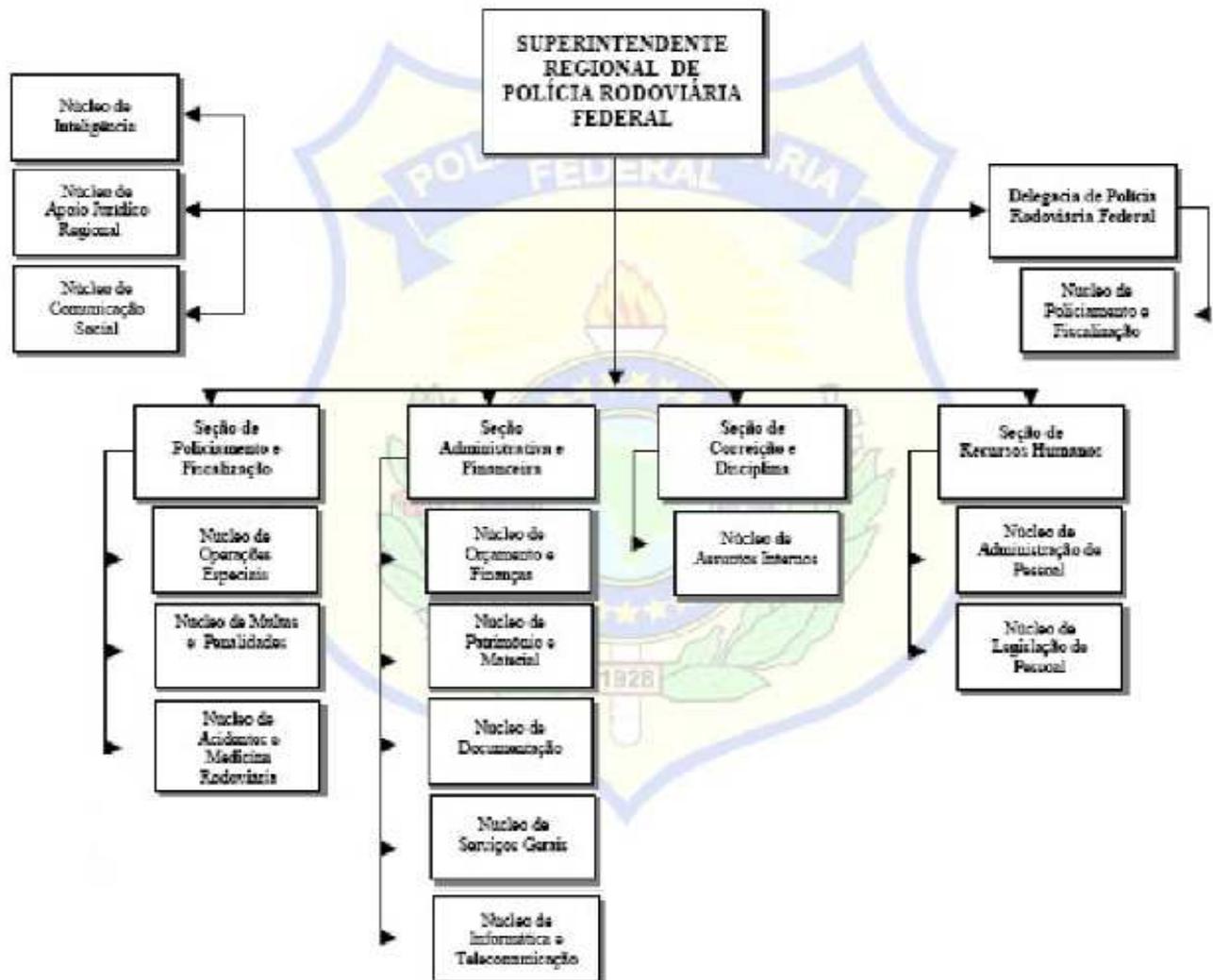
DELEGACIA 17/4 (PICOS)
GILDWÂNIO BARROS LEAL

NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
BENEDITO DE SOUSA LIMA

DELEGACIA 17/5 (PARNAÍBA)
CLEVA MARIA DA SILVA CARVALHO

NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
FERNANDO FERRARE VAL SOUSA

17ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

DA GESTÃO OPERACIONAL

OPERAÇÕES PROGRAMADAS PELO DPRF (CALENDÁRIO NACIONAL)

As Operações, no decorrer do ano de 2006, desenvolveram-se seguindo o calendário determinado pela Coordenação Geral de Operações do Departamento de Polícia Rodoviária Federal:

OPERAÇÕES DE FÉRIAS E FERIADOS NACIONAIS	PERÍODO	
	INÍCIO	TÉRMINO
FÉRIAS DE VERÃO 2005-2006	16/12/2005	06/03/2006
CARNAVAL	24/02/2006	01/03/2006
SEMANA SANTA	13/04/2006	16/04/2006
TIRADENTES	20/04/2006	23/04/2006
DIA DO TRABALHO	28/04/2006	01/05/2006
CORPUS CRISTI	15/06/2006	18/06/2006
FÉRIAS ESCOLARES	30/06/2006	30/07/2006
SETE DE SETEMBRO	06/09/2006	08/09/2006
NOSSA SENHORA APARECIDA	11/10/2006	13/10/2006
FINADOS	01/11/2006	03/11/2006
PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA	14/11/2006	16/11/2006
FÉRIAS DE VERÃO	15/12/2006	04/03/2006
NATAL	22/12/2006	25/12/2006
ANO NOVO 2006-2007	29/12/06	01/01/2007

PLANO DE TRABALHO COMPLEMENTAR (OPERAÇÕES A NÍVEL REGIONAL)

Durante o ano foram efetuadas Operações a nível regional, apoio a Operações do DPRF e Operações conjuntas com outros órgãos, como explicitadas a seguir:

I - Operação de Plano Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas

Período: 06/02/2006 à conclusão da obra

Objetivos Planejados:

- Desenvolvimento de atividades conjuntas com o DNIT para viabilizar recuperação/manutenção de trechos rodoviários;
- Apoio Logístico às equipes do DNIT no desenvolvimento de atividades de acompanhamento e de segurança nos locais da obra da BR 402 - Parnaíba-Chaval;

II - Operação Semana Santa

Período:13/04/2006 à 16/04/2006

Objetivos Planejados:

- Implementar estratégia para o policiamento e fiscalização nas rodovias federais visando controlar o aumento do fluxo de veículos, bem como garantir a segurança no trânsito, reduzindo o índice de acidentes e da criminalidade, fiscalizando o transporte de pessoas e bens, em especial os veículos de transporte de passageiros.

III - Operação Tiradentes

Período:20/04/2006 à 23/04/2006

Objetivos Planejados:

- Implementar estratégia para o policiamento e fiscalização nas rodovias federais visando controlar o aumento do fluxo de veículos, bem como garantir a segurança no trânsito, reduzindo o índice de acidentes e da criminalidade, fiscalizando o transporte de pessoas e bens, em especial os veículos de transporte de passageiros.

IV - Operação Dia do Trabalho

Período:28/04/2006 à 01/05/2006

Objetivos Planejados:

- Implementar estratégia para o policiamento e fiscalização nas rodovias federais visando controlar o aumento do fluxo de veículos, bem como garantir a segurança no trânsito, reduzindo o índice de acidentes e da criminalidade, fiscalizando o transporte de pessoas e bens, em especial os veículos de transporte de passageiros.

V - Operação Guardiã

Período:12/05/2006 à 13/05/2006

Objetivos Planejados:

- Promover ações de prevenção, repressão, articulação e mobilização, visando o fim da violência sexual contra crianças e adolescentes.
- Promover o fortalecimento do sistema de defesa e responsabilização da rede de enfrentamento à exploração sexual infanto-juvenil.

VI - Operação Meio Ambiente

Período:01/06/2006 à 08/06/2006

Objetivos Planejados:

- Realizar, no âmbito desta Regional/PI, operações educativas, preventivas e repressivas em parceria com a Comunicação Social/17 e com os demais órgãos ou organismos de Defesa do Meio Ambiente, com o fito de conscientizar dos males provocados pelas agressões à natureza, bem como reprimir os crimes praticados contra o meio ambiente.

VII - Operação Trânsito Livre

Período:23/05/2006 à 29/05/2006

Objetivos Planejados:

- Promover a regularização do tráfego na BR-135, que foi interditada na cidade de Bom Jesus/PI em face de manifestação de agricultores.

VIII - Operação Translado Protegido

Período:26/05/2006 a 29/05/2006

Objetivos Planejados:

- Promover a segurança aos membros do COMEN e CONSENOR no deslocamento para a cidade de Parnaíba/PI em visita à Academia da Polícia Militar.

IX - Operação *Corpus Christi*

Período:14/06/2006 a 18/06/2006

Objetivos Planejados:

- Implementar estratégia para o policiamento e fiscalização nas rodovias federais visando controlar o aumento do fluxo de veículos, bem como garantir a segurança no trânsito, reduzindo o índice de acidentes e da criminalidade, fiscalizando o transporte de pessoas e bens, em especial os veículos de transporte de passageiros.

X - Operação Festival de Inverno

Período: 15/06/2006 a 19/06/2006

Objetivos Planejados:

- Implementar estratégia para o policiamento e fiscalização nas rodovias federais visando controlar o aumento do fluxo de veículos, bem como garantir a segurança no trânsito, reduzindo o índice de acidentes e da criminalidade, fiscalizando o transporte de pessoas e bens, em especial os veículos de transporte de passageiros nas BR's 343 e 404 que dão acesso à cidade de Pedro II/PI.

XI - Operação Velocidade Controlada

Período: 08/07/2006 a tempo indeterminado

Objetivos Planejados:

- Implementar estratégia para o policiamento e fiscalização nas rodovias federais visando controlar a velocidade dos veículos que trafegam por essas vias públicas, bem como garantir a segurança no trânsito, reduzindo assim, o índice de acidentes causados por excesso de velocidade dos veículos.

XII - Operação Conjunta com a DCC

Período: 16/07/2006 a 22/07/2006

Objetivos Planejados:

- Participar de operação conjunta com a DCC, e recebimento de armamento ao Núcleo de Operações Especiais da 17ª SRPRF/PI, conforme Memorando nº 200/2006/DCC/CGO/DPRF/MJ.

XIII - Operação Segurança no Litoral Piauiense

Período: 1ª Fase: 20/07/2006 a 24/07/2006

2ª Fase: 27/07/2006 a 31/07/2006

Objetivos Planejados:

- Implementar estratégia para o policiamento e fiscalização nas rodovias federais visando controlar o aumento do fluxo de veículos, bem como garantir a segurança no trânsito, reduzindo o índice de acidentes e da criminalidade, fiscalizando o transporte de pessoas e bens, em especial os veículos de transporte de passageiros nas BR's 343 e 402 que dão acesso às cidades de Parnaíba/PI e Luís Correia/PI.

XIV - Operação Eleição 2006

Período:30/09/2006 a 02/10/2006

Objetivos Planejados:

- Combater violações à legislação eleitoral, visando garantir à sociedade piauiense tranquilidade durante o pleito, bem como promover o fortalecimento do sistema de defesa da cidadania.

XV - Operação Círio 2006

Período:04/10/2006 a 08/10/2006

Objetivos Planejados:

- Colaborar com a realização de um evento religioso tradicional, garantindo segurança e tranqüilidade durante a realização de todos os atos religiosos.
- Promover o fortalecimento do sistema cultural e fomentar a paz e a tranqüilidade através dos sistemas de segurança.

XVI - Operação Projeto Canil

Período:14/10/2006 a 20/10/2006

Objetivos Planejados:

- Principalmente, contribuir para a implantação do Canil de Cães Farejadores de Drogas desta Superintendência e o do GOC-17, o que por si só colaborará para o combate ao tráfico de drogas, mal que muito corrompe a sociedade brasileira.
- Em outras palavras, fomentar a paz e a tranqüilidade através dos sistemas de segurança.

XVII - Operação Eleição 2006 – Segundo Turno

Período:30/10/2006 a 27/10/2006

Objetivos Planejados:

- Combater violações à legislação eleitoral, visando garantir à sociedade

piauiense tranquilidade durante o pleito, bem como promover o fortalecimento do sistema de defesa da cidadania.

XVIII - Operação Finados

Período:01/11/2006 a 05/11/2006

Objetivos Planejados:

- Combater violações à legislação de trânsito, visando garantir à sociedade piauiense tranquilidade durante seu traslado, bem como promover o fortalecimento do sistema de defesa da cidadania.

XIX - Operação Escolta de Ministros

Período:23/11/2006 a 26/11/2006

Objetivos Planejados:

- Combater violações à legislação de trânsito, visando garantir à sociedade piauiense tranquilidade durante seu traslado, bem como promover o fortalecimento do sistema de defesa da cidadania.

XX - Operação Escolta de Ministros no Sul do Estado

Período:26/11/2006 a 29/11/2006

Objetivos Planejados:

- Combater violações à legislação de trânsito, visando garantir à sociedade piauiense tranquilidade durante seu traslado, bem como promover o fortalecimento do sistema de defesa da cidadania.

XXI - Operação Ponto de Parada

Período:04/12/2006 a 07/12/2006

Objetivos Planejados:

- Combater violações à legislação da ANTT especialmente nas divisas do estado do Piauí, objeto da denúncia conforme folha nº 02 do processo nº 08.668.002.184/2006-12.
- Promover o fortalecimento do sistema de defesa e responsabilização da rede de enfrentamento ao transporte irregular de passageiros.

XXII - Operação Férias de Verão 2006

Período:29/12/2006 a 01/01/2007

Objetivos Planejados:

- Combater violações à legislação que regulamenta o trânsito e o

transporte de passageiros e carga no estado do Piauí.

- Promover o fortalecimento do sistema de defesa e responsabilização por violações ao ordenamento jurídico brasileiro, bem como aos acordos e tratados internacionais.

Análise Crítica dos Resultados Operacionais alcançados frente às metas estabelecidas

Um dos objetivos principais da Polícia Rodoviária Federal é a segurança no trânsito, visando a redução do número de acidentes e vítimas nas rodovias federais, e esse objetivo nos norteou durante o ano de 2005 no que diz respeito ao planejamento, organização e controle das operações.

A densidade demográfica e o número de veículos que passaram a circular nas rodovias foram aumentados substancialmente, tendo como agravante também a precipitação pluviométrica com média superior à do ano de 2004, motivando a esta regional atuar no limite de sua capacidade operacional, visando desenvolver ações mais efetivas na prevenção de acidentes e vítimas, bem como no combate a criminalidade. Dentre as ações implementadas citamos a atualização constante do mapeamento dos pontos e segmentos críticos nas rodovias sob circunscrição da PRF no estado, identificando os tipos de acidentes mais frequentes e realizando ações de caráter educativo, ostensivo e repressivo nestes locais. A implantação do Cartão Programa de Policiamento Ostensivo, o qual visa a presença constante da polícia em locais e horários previamente programados, visando a redução nos índices de acidentes e criminalidade. Durante o ano de 2005, foram desenvolvidas 68 operações na área de trânsito e criminalidade, tendo sido alcançados resultados satisfatórios quanto ao controle do número de acidentes, porém com um crescimento no número de vítimas, o que nos motiva a planejar e desencadear novas ações relativas ao trânsito para o ano de 2006.

Na área de criminalidade foram obtidos resultados expressivos, fruto de planejamento, qualificação profissional, uso de tecnologia e estudos de inteligência.

Buscamos também uma melhor qualificação e treinamento do nosso efetivo para a fiscalização do Transporte de Produtos Perigosos, do Transporte Internacional e Interestadual de Passageiros e do Vale-Pedágio Obrigatório, treinamento em informática

para utilizarmos plenamente as ferramentas disponibilizadas pela internet e a ampliação do número de policiais treinados para o trabalho com cães farejadores, no combate ao narcotráfico e a realização de treinamento para motociclistas, ampliando o quadro já existente.

Efetuamos no decorrer do ano palestras de Educação para o Trânsito nas escolas próximas às rodovias sob nossa circunscrição, principalmente nos trechos com maiores índices de atropelamentos, bem como em empresas de transporte de passageiros e cargas, tendo como público alvo motoristas profissionais, repassando informações e orientações sobre segurança no trânsito.

Item		Total	
		2005	2006
Arma de Fogo	unid.	19	19
Arma Branca	unid.	4	10
Munição	unid.	180	175
Cigarros	Pacotes	11.636	0
CDs	unid.	20.570	0
Maconha	Kg.	385,01	10.518,45
Cocaína	Kg.	1,81	1,04
Crack e Haxixe	Kg.	0	9.004,145
Lança Perfume	Frascos	6	0
Pessoas Detidas		206	
Veículos Recuperados	Furto/Roubo	48	76
A.Is. Transp. Passageiros convênio ANTT	unid.		
A.Is. Vale-Pedágio Obrigatório convênio ANTT	unid.		
A.Is. Peso	unid.	0	
A.Is. Produto Perigoso	unid.	480	
Contrabando Informática/Eletrônicos	unid.	10	0

Fonte: DINOP

Assistência à Saúde dos Servidores

As atividades desenvolvidas pelo Serviço Social da 17ª SRPRF/PI no ano de 2006 englobam:

1. *Orientação, acompanhamento e fiscalização da execução dos planos de saúde dos servidores da 17ª SPRF/PI, constando de:*

I - Autorização de inscrições de servidores e dependentes nos Planos Medial Saúde e Odontoclínicas;

II - Orientações gerais acerca dos Planos de Saúde;

III - Divulgação através de cartazes, folder e panfletos a todos os servidores da sede e das cinco delegacias, sobre os Planos de Saúde;

IV - Encaminhamento mensal de relatório estatístico sobre os Planos de Saúde Medial e Odontoclínicas.

2. *Acompanhamento dos servidores com problemas de alcoolismo e outras enfermidades, através de estudos de casos, visitas domiciliares e hospitalares, e, quando necessário, providenciando internação em clínicas especializadas;*

3. *Ajuda aos servidores em busca de clínicas e profissionais para tratamento de saúde, principalmente aos servidores residentes no interior do Estado, quando solicitado;*

4. *Acompanhamento e controle dos atestados médicos dos servidores desta regional junto à Junta Médica da Polícia Federal, responsável pela homologação dos referidos atestados;*

5. *Visitas domiciliares aos servidores e seus familiares para prestar apoio psico-social nos casos fortuitos.*

6. *Realização de palestras sócio-educativas sobre os seguintes temas:*

- Dia Internacional da Mulher
- Informações sobre AA-Alcoólicos Anônimos
- Dependência Química: Fumo, Alcool e outras Drogas
- Doação de Sangue – Verdades e Mitos
- Importância da Ginástica Laboral
- Liderança Educadora

7. *Orientação e encaminhamento dos servidores filiados à Casa do Inspetor sobre os benefícios aos quais tem direito.*

Das atividades implementadas pelo Serviço Social, elabora-se o seguinte quadro demonstrativo:

<i>ATIVIDADES</i>	<i>Nº de ATENDIMENTO</i>
Visitas domiciliares e Hospitalares	55
Acompanhamento Psico-Social	20
Entrevistas	40

<i>ATIVIDADES</i>	<i>Nº de ATENDIMENTO</i>
Encaminhamento Atestados Médico.	167
Encaminhamento Junta Médica/Processo	14
Palestras	06

Resgate e Socorro nas Rodovias e Estradas Federais

Tendo como um dos objetivos primordiais da Polícia Rodoviária Federal, salvar vidas, ainda permanece precário o atendimento de urgência ou por faltar material de socorrismo ou por boa parte dos servidores não terem preparo adequado para seu exercício. Mesmo diante dessas dificuldades, o convênio desta Regional com o SAMU, por meio do DPRF, tem uma Comissão no sentido de organizar e melhorar o atendimento das vítimas nas rodovias e estradas federais.

Análise Crítica dos Resultados Alcançados

Quadro Comparativo da Evolução das Ocorrências de Acidentes na 17ª SRPRF/PI:

<i>ANO</i>	<i>Nº de ACIDENTES</i>	<i>Nº de FERIDOS</i>	<i>Nº de MORTOS</i>
2005	1396	990	168
2006	1619	1120	155
%	+ 15,9	+ 13,1	- 7,7

Pelos números do quadro acima, deduz-se que, apesar do aumento das ocorrências, fruto, na maioria dos casos, da “imprudência e falta de atenção dos condutores”, estas foram de menor gravidade, haja visto a redução do número de mortos. Ainda convém relatar que 35 % (trinta e cinco por cento) dos acidentes desta Regional ocorrem no Anel Viário em Teresina, situação que deverá melhorar por conta de nova sinalização viária que será implantada este ano pelos órgãos rodoviários, DNIT e Strans, atendendo às várias solicitações feitas pelo Núcleo de Acidentes e Medicina Rodoviária da 17ª SRPRF/PI e pela própria comunidade.

DA GESTÃO DE MODERNIZAÇÃO

Adequação Física e Estrutural

A 17ª SRPRF/PI abrange 05 (cinco) Delegacias, 10 (dez) Postos e Sede e apresentava muitas deficiências em sua estrutura física como, por exemplo, a inexistência de instalações próprias e adequadas para um perfeito funcionamento de Delegacias, além de instalações de Postos e Delegacias em péssimo estado de conservação.

No âmbito desta Unidade Regional no exercício de 2006, em relação aos aspectos de adequação das instalações físicas e de infra-estrutura e para garantir um apoio logístico necessário ao bom desempenho da atividade-fim do Policial, foram construídos 01 (um) Muro do Posto 17.01.02-Teresina, 02 (duas) Delegacias (17.03-Floriano/PI e 17.04-Picos/PI) e 01 (um) Canil para Cães Farejadores de Drogas na Sede da Regional/17, reformados 01 (uma) Delegacia de Piripiri/PI, 03 (três) Postos (17.04.03-Alegrete/PI,

17.02.02-São João da Fronteira/PI e 17.03.01-Floriano/PI) e o Muro da Sede da 17ª SRPRF/PI.

A Unidade Regional apresenta 88 (oitenta e oito) veículos para serviços de policiamento ostensivo, administrativos, regaste, representação etc., desses 21 (vinte e um) serão relacionados para baixa e posterior procedimento para leilão previsto em 2007. Foram descentralizados para esta Superintendência, durante o exercício de 2006, 09 (nove) viaturas adquiridas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

A manutenção dessas viaturas é feita através de contrato firmado com empresa especializada e acompanhados por comissões designadas para esse fim, mediante Portarias de designação.

O credenciamento com a rede Ticket Car fornece o abastecimento das viaturas por meio do cartão de abastecimento em postos credenciados (gasolina, álcool e diesel). Para o controle dos abastecimentos, foi implantado sistema (programa) próprio da Ticket Car, com acesso pela internet, sendo emitidos relatórios mensais de cada Delegacia e Sede para acompanhamento.

As irregularidades ou divergências nos relatórios são encaminhadas para a Delegacia de lotação da viatura, para a identificação do policial que efetuou o abastecimento, e conseqüente elaboração de justificativa por escrito.

Atualização Tecnológica

Os recursos na área de Telecomunicações e Informática da 17ª SRPRF/PI foram disponibilizados para a reestruturação da rede de dados, por ser fundamental à atuação finalística nas Rodovias e Estradas Federais.

A contratação de serviços de comunicação de dados, através de comutação de pacotes com CVP's – Circuitos Virtuais Permanentes e Frame Relay, através da Licitação de Pregão Eletrônico nº 05/2005 realizada no dia 21.09.2005, tendo como contratada a Telemar Norte Leste S/A, teve seu contrato prorrogado no dia 17.10.2006.

O sistema de comunicação de dados atinge todos os Postos e Delegacias da 17ª SRPRF/PI e sua manutenção freqüentemente realizada pelo órgão com reparos e, inclusive, houve aquisição de 01 (uma) torre autoportante, do tipo comunicação via rádio, pela Sede da 17ª SRPRF/PI.

O Sistema BR-Brasil, um dos principais sistemas corporativos, tem significativa importância operacional e foi implantado no exercício 2006, promovendo o Núcleo de Informática e Telecomunicação/17 curso prático do Sistema BR-Brasil aos servidores da área fim da atividade policial.

O radar eletrônico, locado pelo DPRF em 2006, utilizado por esta Regional registrou inúmeras infrações cometidas por excesso de velocidade, e sua presença contribui para redução dos índices de acidentes, além de disciplinar os motoristas quanto à regulamentação da velocidade estabelecida nas vias de tráfego.

Análise Crítica dos Resultados Alcançados

Ao se analisar os resultados advindos das ações de infra-estrutura e da inovação tecnológica no exercício de 2006, a 17ª SRPRF/PI alcançou números satisfatórios ainda que deficiente de capacidade operacional e administrativa, sem contar com as dificuldades enfrentadas para contratar ou adquirir materiais por preços reduzidos para não ultrapassar o limite orçamentário.

Nesse ano de 2006, todos os Postos e Delegacias da Regional se encontram em boas condições físicas e estruturais de trabalho e todos com sistema de comunicação de dados ativo, prioridades para um adequado exercício da atividade policial.

DA CAPACITAÇÃO

Ações de Capacitação Realizadas

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CURSOS REALIZADOS PELOS SERVIDORES DA 17ª SRPRF/PI

	CURSO	QUANT.
01	TREINAMENTO BÁSICO EM EMERGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR	10
02	CURSO DE FORMAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS DE EMERGÊNCIA – CVE E DO EXERCÍCIO DE EMERGÊNCIA AERONÁUTICA COMPLETO-EXEAC	02
03	CURSO DE FORMAÇÃO DE PREGOEIROS	02
04	CURSO DE TELECOMUNICAÇÕES	01
05	ENCONTRO DE CHEFES DE DELEGACIAS E SEÇÃO DE POLICIAMENTO	06
06	CURSO SOBRE O TEMA LEI Nº 8.112/90-ATUALIZAÇÃO EM LEGISLAÇÃO DE PESSOAL	01
07	SEMINÁRIO NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS	02
08	75ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA-GERAL DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DA POLÍCIA CRIMINAL-OIPC/INTERPOL	02
09	CURSO DE OPERADORES DE EQUIPAMENTOS ESPECIAIS	01
10	III ENARH	03
11	CURSO DE INTRODUÇÃO À INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA E III ENCONTRO DE CHEFES DOS NÚCLEOS DE INTELIGÊNCIA	01
12		
13	CURSO DE SALVAMENTO EM ALTURA	01
14	CURSO DE FORMAÇÃO DE INSTRUTOR E CURSO DE FORMAÇÃO/ATUALIZAÇÃO DE MOTOCICLISMO	04
15	3º CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIO SOBRE REDUÇÃO DA OFERTA E DA DEMANDA	01
16	CURSO DE GUIAS FAREJADORES DE DROGAS	04
17	TREINAMENTO TÉCNICO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DE 2006	01
18	REUNIÃO DE SUPERINTENDENTE E CHEFES DE DISTRITOS	01
19	CURSO BÁSICO DE TÉCNICAS OPERACIONAIS DE SEGURANÇA	01
20	SEMINÁRIO REGIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS	57
21	III CURSO DE TÉCNICAS POLICIAIS DE COMBATE AO CRIME – III TPCC	04
22	EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO	01
23	CURSO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	02
24	I ENCONTRO DE GESTORES E TUTORES DO DPRF	01
25	REUNIÃO DE TRABALHO DAS EQUIPES DE T&D	03
26	TREINAMENTO DE TÉCNICAS DE AÇÕES TÁTICAS POLICIAIS – 17/2, 17/3, 17/4 E 17/5	64
27	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM ATENDIMENTO DE VÍTIMAS DE ACIDENTES RODOVIÁRIOS (CAAVAR) 2006	23

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CURSOS REALIZADOS PELA 17ª SRPRF/PI

CURSO		QUANT.
01	TREINAMENTO BÁSICO EM EMERGÊNCIA PRÉ-HOPITALAR	10
02	CURSO DE FORMAÇÃO DE PREGOEIROS	02
03	CURSO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DISCIPLINAR	02
04	SEMINÁRIO REGIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS	57
05	TREINAMENTO DE TÉCNICAS DE AÇÕES TÁTICAS POLICIAIS-17/2, 17/3, 17/4 e 17/5.	64
06	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM ATENDIMENTO DE VÍTIMAS DE ACIDENTES RODOVIÁRIOS (CAAVAR)2006	23

Estrutura da Capacitação

Conforme Instrução Normativa nº 01, de 10 de fevereiro de 2006, as ações de treinamento e desenvolvimento no âmbito das Regionais, são de competência dos Núcleos de Legislação e Capacitação de Pessoal – NUCAP.

No NUCAP estão lotadas, além da Inspetora Selma, Chefe do Núcleo, as duas servidoras que desempenham as funções, respectivamente, **AÇÕES PRESENCIAIS – KARYNE e EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA-ELISÂNGELA.**

Na 17ª SRPRF/PI, existem na composição do corpo docente os seguintes instrutores:

INSTRUTOR	DISCIPLINA
Alexandre da Cruz Sousa	<i>Legislação Especial</i>
Antônio Francisco Gomes de Oliveira	<i>Aspecto da Administração Pública</i>
Antônio Neto Nogueira Vieira	<i>Motociclismo</i>
Benedito Parente Aguiar	<i>Ética e Cidadania</i>
Doriedson Viana dos Santos	<i>Condução Policial</i>
Francisco das Chagas Lopes Sobrinho	<i>ATTA</i>
Hélio Cipriano Feitosa	<i>Motociclismo</i>
Joable de Carvalho Chaves	<i>Legislação Especial</i>
João Francílio Barbosa Viana	<i>Armas Longas</i>
José de Castro Neto	<i>Português para Administração Pública</i>
Lourival José Veloso Filho	<i>ATTA</i>
Marcela Ribeiro de Sousa	<i>Aspecto da Administração Pública</i>
Mário Augusto Ribeiro	<i>Motociclismo</i>
Marcelo Alves de A. S Silva	<i>Técnicas de Abordagem</i>
Paulo César Dias Moraes	<i>Salvamento</i>
Regenilze Maiyrellin Paula de Araújo Sousa	<i>Salvamento</i>
Rommel Vasconcelos Viana	<i>Salvamento</i>
Rosemiro da Costa Araújo Barros	<i>Fiscalização de Transporte de Passageiro</i>

Selma Maria dos Santos Moura	<i>Direitos Humanos/Ética e Cidadania</i>
Tony Carlos Mauriz Cavalcante	<i>Identificação Veicular</i>
Valdeci Alves do Nascimento	<i>Acidentes</i>
Wellendal Leal Tenório	<i>Armas Longas</i>

Convênios Firmados

Não houve nenhum convênio firmado para fins de capacitação dos servidores.

Melhoria das Condições de Trabalho em 2006

Foi realizada reforma na sala do Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal em 2006, visando melhorar o ambiente e adequá-lo ao desenvolvimento dos trabalhos na área de Legislação e Capacitação de Pessoal com o auxílio de mais 03 (três) servidores.

Ainda, foi disponibilizado o Anexo III, complexo constituído de 08 (oito) salas, para melhor desempenho das rotinas administrativas, complexo este licitado em 2005 e concluído em 2006.

Previsão de Melhorias a serem implementadas em 2007

Além das ações presenciais, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, juntamente com as Regionais, implementará o ensino à distância através dos servidores indicados como responsáveis pelo EAD.

Para a efetivação desse ensino à distância, terá como meta a aquisição de materiais permanentes tais como notebooks e datashows para Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal.

DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Composta a 17ª SRPRF/PI de servidores ocupantes do Cargo de Policial Rodoviário Federal, de pessoal terceirizado e estagiários, a Seção de Recursos Humanos preza pela manutenção da estrutura organizacional, bem como executa atividades das áreas de ensino, recursos humanos, legislação de pessoal, saúde e assistência social.

A Seção de Recursos Humanos desta Regional, com atribuições constantes no artigo 89 da Portaria nº 3.471/04, Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, ao atender à Norma de Execução de nº 03, de 28.12.2006, explicita os seguintes:

QUADRO DE PESSOAL DISCRIMINADO POR UNIDADE, ÁREA MEIO/ÁREA FIM, SERVIDORES EFETIVOS/TERCEIRIZADOS

<i>LOTAÇÃO</i>	<i>Nº de SERVIDORES</i>
GABINETE	06
SEÇÃO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO	15
NÚCLEO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	09
NÚCLEO DE MULTAS E PENALIDADES	06
NÚCLEO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES	02
NÚCLEO DE REGISTRO E MEDICINA RODOVIÁRIA	03

SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	10
NÚCLEO DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS	03
NÚCLEO DE PATRIMÔNIO E MATERIAL	02
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO	02
NÚCLEO DE SERVIÇOS GERAIS	03
CORREGEDORIA REGIONAL	07
NÚCLEO DE ASSUNTOS INTERNOS	02
SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	05
NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	03
NÚCLEO DE LEGISLAÇÃO E CAPACITAÇÃO PESSOAL	03
NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO	02
NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	02
NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA	02
DELEGACIA 17/01-TERESINA/PI	62
NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA DEL. 17/01	01
DELEGACIA 17/02-PIRIPIRI/PI	32
NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA DEL. 17/02	01
DELEGACIA 17/03-FLORIANO/PI	22
NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA DEL. 17/03	01
DELEGACIA 17/04-PICOS/PI	44
NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA DEL. 17/04	01
DELEGACIA 17/05-PARNAÍBA/PI	24
NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA DEL. 17/05	01

TABELA DE CARGO COMISSIONADO

<i>FUNÇÃO</i>	<i>Nº DE SERVIDORES</i>
DAS - SUPERINTENDENTE	01
FG1 – CHEFE DE SEÇÃO	04
FG2 – CHEFE DE DELEGACIA	05
FG3 – CHEFE DE NÚCLEO	14

TABELA DE CARGO

CARGO	Nº DE SERVIDORES
POLICIAIS QUE TRABALHAM NA ÁREA MEIO	40
POLICIAIS QUE TRABALHAM NA ÁREA FIM	224
TOTAL DE POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS	264
ASSIDENTE SOCIAL	03
AGENTE ADMINISTRATIVO	01
AGENTE DE MECANIZAÇÃO E APOIO	01
AGENTE DE PORTARIA	01
AGENTE DE VIGILÂNCIA	06
DATILÓGRAFO	01
ESTAGIÁRIOS	18
TOTAL	295

Informação sobre encaminhamento ao órgão de controle interno das informações sobre os atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, admissão e desligamento.

Esta informação prestada somente pela Coordenação de Recursos Humanos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal por ser a responsável pelo encaminhamento.

Pagamento de Diárias

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Contratações realizadas na Unidade Administrativa

Item	ASSUNTO	OBS.
01	Contratação de Empresa de Engenharia para a reforma do Posto 03 na cidade de Alegrete no sul do Estado do Piauí da Delegacia 17.04 – Picos/PI	Concluído
02	Contratação de Empresa de Engenharia para a reforma do Posto 01 da Delegacia 17.03 – Floriano/PI	Concluído
03	Contratação de Empresa de Engenharia para a reforma do Posto 02 na Delegacia 17.02- Piripiri/PI na cidade de São João da Fronteira/PI	Concluído
04	Contratação de Empresa de Engenharia para a construção de Canil na sede da 17ª SRPRF/PI	Concluído
05	Contratação de Empresa de Engenharia para a construção da Delegacia 17.03 – Floriano/PI	Concluído
06	Contratação de Empresa de Engenharia para a construção da Delegacia 17.04 – Picos/PI	Concluído
07	Contratação de Empresa de Engenharia para a construção de Muro Frontal e Lateral da	

	sede da 17ª SRPRF/PI e construção do Muro no posto 02 da delegacia 17.01 – Teresina/PI	Concluído
08	Contratação de Empresa de Engenharia para a reforma da Delegacia 17.02-Piripiri/PI	Concluído
09	Aquisição de água mineral sem gás em garrações de 20 (vinte) litros.	Concluído
10	Contratação de empresa para o fornecimento de passagens aéreas nacionais para atendimento das necessidades de viagens dos servidores da 17ª SRPRF/PI.	Concluído
11	Contratação de empresa para prestação de serviço de Vigilância Armada 24 h ininterruptas de segunda a domingo com 02 (dois) postos diurnos de 12 horas das 07:00 às 19:00 h e 02 (dois) postos noturnos de 12 horas das 19:00 às 07:00h, escalas de 12x36(diurno e noturno.	Concluído
<i>Em relação aos Gastos Públicos, executaram-se os seguintes contratos</i>		
12	Publicações de matérias no DOU	Concluído
13	Fornecimento de energia elétrica	Concluído
14	Fornecimento de água canalizada	Concluído

LICITAÇÕES REALIZADAS

MODALIDADE	TOTAL
Convite	09
Pregão eletrônico	08
Total:	17

FORMAS DE AQUISIÇÃO

TIPO	TOTAL
Dispensa de Licitação	09
Inexigibilidade de Licitação	02
Total	11

CONVITE

Nº	ASSUNTO	OBS.
01/01	Contratação de Empresa de Engenharia para a reforma do Posto 03 na cidade de Alegrete no sul do Estado do Piauí da Delegacia 17.04 – Picos/PI	Concluído
02/02	Contratação de Empresa de Engenharia para a reforma do Posto 01 da Delegacia 17.03 –	Concluído

	Floriano/PI	
03/03	Contratação de Empresa de Engenharia para a reforma do Posto 02 na Delegacia 17.02-Piripiri/PI na cidade de São João da Fronteira/PI	Concluído
03/04	Contratação de Empresa de Engenharia para a construção de Canil na sede da 17ª SRPRF/PI	Concluído
04/05	Contratação de Empresa de Engenharia para a construção da Delegacia 17.03 – Floriano/PI	Concluído
05/06	Contratação de Empresa de Engenharia para a construção da Delegacia 17.04 – Picos/PI	Concluído
06/07	Contratação de Empresa de Engenharia para a construção de Muro Frontal e Lateral da sede da 17ª SRPRF/PI e construção do Muro no posto 02 da delegacia 17.01 – Teresina/PI	Concluído
07/08	Contratação de Empresa de Engenharia para a reforma da Delegacia 17.02-Piripiri/PI	Concluído
08/08	Aquisição de material Permanente (Armários, cadeiras, mesas, impressoras matriciais)	Concluído

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº	ASSUNTO	OBS.
01/01	Aquisição de água mineral sem gás em garrações de 20 (vinte) litros. Quantitativos e especificações constantes no anexo I do edital.	Concluído
02/02	Aquisição de materiais para manutenção de veículos. Quantitativos e especificações constantes no anexo I ao Edital.	Concluído
03/03	Aquisição de material de consumo conforme Termo de Referência anexo ao Edital.	Concluído
04/04	Aquisição de Material Permanente.	Concluído
05/05	Aquisição de material para manutenção de veículos.	Concluído
06/06	Contratação de empresa prestadora de serviços de limpeza e conservação nas dependências da Sede, Delegacias e Postos da 17 SRPRF.	Concluído
07/07	Contratação de empresa para fornecimento de passagens aéreas nacionais para atender as necessidades de viagens dos servidores da 17ª	Concluído

	SRPRF/PI e a operacionalização de reservas e serviços afins	
08/08	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Vigilância Armada 24 hs ininterruptas de segunda a domingo nas dependências internas do Edifício Sede da 17ª SRPRF.	Concluído

GRÁFICO COMPARATIVO DAS MODALIDADES DE LICITAÇÕES E FORMAS DE AQUISIÇÕES EXECUTADAS NO EXERCÍCIO DE 2006.

MODALIDADE/FORMA	TOTAL
Convite	09
Pregão	08
Dispensa de Licitação	09
Inexigibilidade de Licitação	02
Total	28

METAS ALCANÇADAS

Conclusão de inexigibilidades e/ou dos certames licitatórios propostos em 2004 e efetivação dos seguintes contratos:

CONTRATO	CONTRATADA
Aquisição de água mineral sem gás em garrações de 20 (vinte) litros	SERVI SAN VIGILANCIA E TRANSPORTE-DE VALORES LTDA
Contratação de empresa para o fornecimento de passagens aéreas nacionais para atendimento das necessidades de viagens dos servidores da 17ª SRPRF/PI.	MIRACEU TURISMO LTDA
Contratação de empresa para prestação de serviço de Vigilância Armada 24 h ininterruptas de segunda a domingo com 02 (dois) postos diurnos de 12 horas das 07:00 às 19:00 h e 02 (dois) postos noturnos de 12 horas das 19:00 às 07:00h, escalas de 12x36(diurno e noturno).	CR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS GERAIS LTDA.

CONVITES

- Contratação de Empresa de Engenharia para a reforma do Posto 03 na cidade de Alegrete no sul do Estado do Piauí da Delegacia 17.04 – Picos/PI;
- Contratação de Empresa de Engenharia para a reforma do Posto 01 da Delegacia 17.03 – Floriano/PI;
- Contratação de Empresa de Engenharia para a reforma do Posto 02 na Delegacia 17.02-Piripiri/PI na cidade de São João da Fronteira/PI;
- Contratação de Empresa de Engenharia para a construção de Canil na sede da 17ª SRPRF/PI;
- Contratação de Empresa de Engenharia para a construção da Delegacia 17.03 – Floriano/PI;
- Contratação de Empresa de Engenharia para a construção da Delegacia 17.04 – Picos/PI;
- Contratação de Empresa de Engenharia para a construção de Muro Frontal e Lateral da sede da 17ª SRPRF/PI e construção do Muro no posto 02 da delegacia 17.01 – Teresina/PI;
- Contratação de Empresa de Engenharia para a reforma da Delegacia 17.02-Piripiri/PI;

Gestão do suprimento de bens e serviços

Demonstrativo contendo informações relativas às ocorrências de perdas, extravios ou outras irregularidades em que o dano foi imediatamente ressarcido (modelo2)

DO PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

Plano Gerencial 2006

A 17ª SRPRF/PI, além de atender suas atribuições definidas no parágrafo 2º do artigo 144 da Constituição Federal, objetiva um planejamento anual nas atividades fim e meio, no sentido de melhorar a capacidade administrativa e operacional da PRF. Esta Regional tem estabelecido objetivos, buscando definir prioridades através de planejamento que visa a alcançar resultados cada vez mais satisfatórios e que possam definitivamente melhorar a imagem desta polícia perante a sociedade.

1. Atividade Fim (Operacional):

1. Identificar pontos críticos nas rodovias, aqueles onde ocorrem maiores números de acidentes, conseqüentemente mais vítimas: conhecer suas causas e intensificar o Policiamento em Operações Especiais, ou de rotina, mesmo fora do calendário anual de operações, com a participação ativa da Seção de Policiamento e Fiscalização, Delegacias e Núcleos de acidentes e de Operações Especiais e se necessário o efetivo da Sede; fazer campanhas educativas e preventivas nas cidades próximas àqueles pontos; sugerir elaboração de projeto especial de sinalização horizontal e vertical, para junto à autoridade responsável, no caso o DNIT, sinalizar esses pontos efetivamente; e finalmente convocar os usuários que utilizam os locais identificados, para colaborar com a PRF, divulgando a outros as situações de riscos naquelas áreas especificamente.

2. Na vertente segurança pública, priorizar o combate ao descaminho de pessoas, tráfico de trabalhadores rurais, a prostituição infanto-juvenil ao longo das rodovias federais no Piauí. Otimizar a integração com outros órgãos que fazem a Segurança Pública no Estado do Piauí.

2. Atividade Meio (Suporte a atividade fim):

1. Reformas dos Postos: Floriano 3ª Delegacia; Alegrete da 4ª Delegacia e São João da Fronteira da 2ª Delegacia;
2. Reformar ou construir Delegacias: 2ª (Piripiri), 3ª (Floriano) e 4ª (Picos);
3. Contratação de Vigilância Armada para a Sede da 17ª SRPRF.
4. Conclusão da construção de salas no prédio situado à Avenida João XXIII, 1516 – Teresina/PI;
5. Contratação de Serviços gráficos para a 17ª SRPRF;
6. Contratação de serviços para o fornecimento de água mineral em garrações para a 17ª SRPRF;
7. Implantação do sistema frame relay nas Delegacias não contempladas com tal serviço;
8. Aquisição de materiais permanentes e de consumo;
9. Aquisição de serviços de Terceiros nas áreas Operacional e Administrativa;
10. Continuar os processos de capacitação de servidores, ao nível da Direção Geral e Local.

Análise da execução do planejamento do exercício 2006

Para uma melhor adequação do insuficiente recurso financeiro, a 17ª SRPRF/PI priorizou setores carentes de estrutura que são indispensáveis a um exercício satisfatório da Polícia Rodoviária Federal quando se trata, principalmente, de qualificar o atendimento à sociedade ao reformar e construir postos e delegacias e ao contratar serviços de vigilância armada, bem como direcionar parte desses recursos para aquisição de materiais essenciais ao trabalho policial.

DA GESTÃO CORREICIONAL

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO 2006

1) N° do processo	08668002459/2006-18				
Tipo de processo	Sindicância Investigativa			X	Sindicância Acusatória
	Sindicância Patrimonial				Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
N° e data do ato	Número: 268				
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Não observar normas legais e regulamentares				
Situação do processo	Instrução			Indiciamento/Defesa	Relatório
	Processo encaminhado para julgamento em / /				X
Julgamento	X	Absolvição		Apenação	Instauração de PAD (na
		Penalidade prescrita			Arquivamento
Pena aplicada					
Remessa dos autos		MPF			AGU
Recomendação de instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

2) N° do processo	08668000448/2006-20				
Tipo de processo	Sindicância Investigativa			X	Sindicância Acusatória
	Sindicância Patrimonial				Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
N° e data do ato	Número: 269			Data: 09/08/2006	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Abuso de autoridade				
Situação do processo	Instrução			Indiciamento/Defesa	Relatório
	Processo encaminhado para julgamento em / /				X
Julgamento	X	Absolvição		Apenação	Instauração de PAD (na

	Penalidade prescrita	Arquivamento
Penalidade aplicada		
Remessa dos autos	MPF	AGU
Recomendação de instauração de TCE	Valor do dano causado ou estimado (R\$)	

3) N° do processo	08668002556/2006-01		
Tipo de processo	Sindicância Investigativa	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	Sindicância Patrimonial		Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/> Portaria	<input type="checkbox"/> Ordem de Serviço	Outros (especificar)
N° e data do ato	Número: 291		Data: 21/08/2006
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Não observar normas legais e regulamentares		
Situação do processo	Instrução	<input type="checkbox"/> Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/> Relatório
	Processo encaminhado para julgamento em / /		<input checked="" type="checkbox"/> Processo julgado
Julgamento	<input checked="" type="checkbox"/> Absolvição	<input type="checkbox"/> Apenação	Instauração de PAD (na
	Penalidade prescrita		Arquivamento
Penalidade aplicada			
Remessa dos autos	MPF		AGU
Recomendação de instauração de TCE	Valor do dano causado ou estimado (R\$)		

4) N° do processo	08.668.002.706/2006-78					
Tipo de processo	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)	
N° e data do ato	Número: 324			Data: 04/09/2006		
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Não observar normas legais e regulamentares					
Situação do processo	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /			<input checked="" type="checkbox"/>	Processo julgado
Julgamento	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição		<input type="checkbox"/>	Apenação	Instauração de PAD (na
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Penalidade aplicada						
Remessa dos autos	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

5) N° do processo	08.668.002.705/2006-23					
Tipo de processo	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)	
N° e data do ato	Número:325			Data:04/09/2006		
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Não observar normas legais e regulamentares					
Situação do processo	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /			<input checked="" type="checkbox"/>	Processo julgado
Julgamento	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição		<input type="checkbox"/>	Apenação	Instauração de PAD (na
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Penalidade aplicada						
Remessa dos autos	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

6) N° do processo	08668001597/2006-71					
Tipo de processo	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)	
N° e data do ato	Número:157			Data:15/05/2006		
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Acidente com viatura					
Situação do processo	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /			<input checked="" type="checkbox"/>	Processo julgado
Julgamento	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na forma de)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Penalidade aplicada						
Remessa dos autos	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

7) N° do processo	08668000688/2002					
Tipo de processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)	
N° e data do ato	Número:195			Data:01/09/2005		
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Extravio de Auto de Infração					
Situação do processo	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /			<input type="checkbox"/>	Processo julgado
Julgamento	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na forma de)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Penalidade aplicada						
Remessa dos autos	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

8) N° do processo	08668001657/2006-56					
Tipo de processo	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)	
N° e data do ato	Número:167			Data:23/05/2006		
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Acidente com viatura					
Situação do processo	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /			<input checked="" type="checkbox"/>	Processo julgado
Julgamento	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na forma de)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Penalidade aplicada						
Remessa dos autos	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

9) N° do processo	08668000677/2005					
Tipo de processo	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	<input type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)	
N° e data do ato	Número:156			Data:15/05/2006		
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Acidente com viatura					
Situação do processo	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /			<input checked="" type="checkbox"/>	Processo julgado
Julgamento	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na forma de)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Penalidade aplicada						
Remessa dos autos	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

10) N° do processo	08668001691/2006-21				
Tipo de processo	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)
N° e data do ato	Número:165			Data:23/05/2006	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Acidente com viatura				
Situação do processo	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	Processo encaminhado para julgamento em / /				<input checked="" type="checkbox"/>
Julgamento	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	Instauração de PAD (na
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita			Arquivamento
Penalidade aplicada					
Remessa dos autos	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

11) N° do processo	08668002460/2006-34				
Tipo de processo	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)
N° e data do ato	Número:272			Data:09/08/2006	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Abuso de Autoridade				
Situação do processo	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	Processo encaminhado para julgamento em / /				<input checked="" type="checkbox"/>
Julgamento	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	Instauração de PAD (na
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita			Arquivamento
Penalidade aplicada					
Remessa dos autos	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

12) N° do processo	0866800255/2006-58				
Tipo de processo	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusatória	
	Sindicância Patrimonial			X	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)	
N° e data do ato	Número:290			Data:21/08/2006	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Irregularidade Funcional				
Situação do processo	Instrução	Indiciamento/Defesa		Relatório	
	Processo encaminhado para julgamento em / /				X
Julgamento	X	Absolvição		Apenação	Instauração de PAD (na forma de)
	Penalidade prescrita				Arquivamento
Penalidade aplicada					
Remessa dos autos	MPF			AGU	
Recomendação de instauração de TCE	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

13) N° do processo	08.668.001.190/2005-63				
Tipo de processo	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusatória	
	Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
N° e data do ato	Número: 327			Data: 01/11/2005	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Não observar normas legais e regulamentares				
Situação do processo	Instrução	Indiciamento/Defesa		Relatório	
	Processo encaminhado para julgamento em / /				X
Julgamento		Absolvição		X	Apenação
	Penalidade prescrita				Arquivamento
Penalidade aplicada	Suspensão de quatro dias.				
Remessa dos autos	MPF			AGU	
Recomendação de instauração de TCE	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

14) N° do processo	08668002458/2006-65					
Tipo de processo	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)	
N° e data do ato	Número: 267			Data: 09/08/2006		
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Não observar normas legais e regulamentares					
Situação do processo	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /			<input checked="" type="checkbox"/>	Processo julgado
Julgamento	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Penalidade aplicada						
Remessa dos autos	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

15) N° do processo	08668002925/2006-57					
Tipo de processo	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)	
N° e data do ato	Número: 357			Data: 05/10/2006		
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Acidente com viatura					
Situação do processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /			<input type="checkbox"/>	Processo julgado
Julgamento	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Penalidade aplicada						
Remessa dos autos	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

16) N° do processo	08668001343/2005-72			
Tipo de processo	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
	<input type="checkbox"/>			Outros (especificar)
N° e data do ato	Número: 358		Data: 05/10/2006	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Não observar normas legais e regulamentares			
Situação do processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /		<input type="checkbox"/>
Julgamento	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input type="checkbox"/>
Instauração de PAD (na)			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Penalidade aplicada				
Remessa dos autos	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>			AGU
Recomendação de instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

17) N° do processo	08668002955/2006-63			
Tipo de processo	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
	<input type="checkbox"/>			Outros (especificar)
N° e data do ato	Número: 362		Data: 06/10/2006	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Não observar normas legais e regulamentares			
Situação do processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /		<input type="checkbox"/>
Julgamento	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input type="checkbox"/>
Instauração de PAD (na)			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Penalidade aplicada				
Remessa dos autos	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>			AGU
Recomendação de instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

18) N° do processo	08668000132/2006-01					
Tipo de processo	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)	
N° e data do ato	Número: 360			Data: 06/10/2006		
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Não observar normas legais e regulamentares					
Situação do processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	Relatório	
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /			Processo julgado	
Julgamento	<input type="checkbox"/>	Absolvição		<input type="checkbox"/>	Apenação	
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na forma da Lei nº 8.112/2010)	
Penalidade aplicada	Arquivamento					
Remessa dos autos	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

19) N° do processo	08668002923/2006-68					
Tipo de processo	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)	
N° e data do ato	Número: 363			Data: 06/10/2006		
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Extravio de Auto de Infração					
Situação do processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	Relatório	
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /			Processo julgado	
Julgamento	<input type="checkbox"/>	Absolvição		<input type="checkbox"/>	Apenação	
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na forma da Lei nº 8.112/2010)	
Penalidade aplicada	Arquivamento					
Remessa dos autos	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

20) N° do processo	08668001480/2006-15					
Tipo de processo	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)	
N° e data do ato	Número: 364			Data: 06/10/2006		
Fato sob apuração (descrição sucinta)		Falta ao serviço sem motivo justificado				
Situação do processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /			<input type="checkbox"/>	Processo julgado
Julgamento	<input type="checkbox"/>	Absolvição		<input type="checkbox"/>	Apenação	Instauração de PAD (na
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada						
Remessa dos autos	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de instauração de TCE		<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

21) N° do processo	08.668.002.449/2006-74					
Tipo de processo	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)	
N° e data do ato	Número: 270			Data: 09/08/2006		
Fato sob apuração (descrição sucinta)		Acidente com viatura				
Situação do processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /			<input type="checkbox"/>	Processo julgado
Julgamento	<input type="checkbox"/>	Absolvição		<input type="checkbox"/>	Apenação	Instauração de PAD (na
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada						
Remessa dos autos	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de instauração de TCE		<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

22) N° do processo	08668000266/2005			
Tipo de processo	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
N° e data do ato	Número: 359		Data: 05/10/2006	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Não observar normas legais e regulamentares			
Situação do processo	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em 29/12/2006		<input type="checkbox"/>
Julgamento	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input type="checkbox"/>
Penalidade aplicada	Arquivamento			
Remessa dos autos	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>
Recomendação de instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

23) N° do processo	08668002921/2006-79			
Tipo de processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
N° e data do ato	Número: 382		Data: 23/10/2006	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Incidente processual.			
Situação do processo	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em 28/12/2006		<input type="checkbox"/>
Julgamento	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input type="checkbox"/>
Penalidade aplicada	Arquivamento			
Remessa dos autos	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>
Recomendação de instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

24) N° do processo	08668002457/2006-11		
Tipo de processo	Sindicância Investigativa		Sindicância Acusatória
	Sindicância Patrimonial		X Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	X Portaria	Ordem de Serviço	Outros (especificar)
N° e data do ato	Número: 271		Data: 09/08/2006
Fato sob apuração (descrição sucinta)		Adulteração em livro de ponto	
Situação do processo	Instrução		Relatório
	X	Processo encaminhado para julgamento em 12/12 /2006	
Julgamento	Absolvição		Instauração de PAD (na
	Penalidade prescrita		Arquivamento
Pena aplicada			
Remessa dos autos	MPF		AGU
Recomendação de instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):	

25) N° do processo	08.668.001.529/2006-11.		
Tipo de processo	Sindicância Investigativa		Sindicância Acusatória
	Sindicância Patrimonial		X Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	X Portaria	Ordem de Serviço	Outros (especificar)
N° e data do ato	Número: 376		Data: 16/10/2006
Fato sob apuração (descrição sucinta)		Não observar normas legais e regulamentares	
Situação do processo	Instrução		Relatório
	X	Processo encaminhado para julgamento em / /	
Julgamento	Absolvição		Instauração de PAD (na
	Penalidade prescrita		Arquivamento
Pena aplicada			
Remessa dos autos	MPF		AGU
Recomendação de instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):	

26) N° do processo	08668002926/2006-57			
Tipo de processo	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
	<input type="checkbox"/>			Outros (especificar)
N° e data do ato	Número: 361		Data: 06/10/2006	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Não observar normas legais e regulamentares			
Situação do processo	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em 21/12/2006		<input type="checkbox"/>
Julgamento	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input type="checkbox"/>
Pena aplicada	Instauração de PAD (na)			
	Arquivamento			
Remessa dos autos	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>
	AGU			
Recomendação de instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

27) N° do processo	08668002704/2006-84			
Tipo de processo	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
	<input type="checkbox"/>			Outros (especificar)
N° e data do ato	Número: 326		Data: 04/09/2006	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Alteração de dados em Auto de Infração			
Situação do processo	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em 29/12/2006		<input type="checkbox"/>
Julgamento	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input type="checkbox"/>
Pena aplicada	Instauração de PAD (na)			
	Arquivamento			
Remessa dos autos	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>
	AGU			
Recomendação de instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

28) N° do processo	08668001641/2006-43				
Tipo de processo	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusatória	
	Sindicância Patrimonial			X	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
N° e data do ato	Número: 163			Data: 18/05/2006	
Fato sob apuração (descrição sucinta)		Faltar com a urbanidade no tratamento com usuário.			
Situação do processo	Instrução	X	Indiciamento/Defesa	Relatório	
	Processo encaminhado para julgamento em / /				X
Julgamento	Absolvição			Apenação	Instauração de PAD (na forma de)
	Penalidade prescrita				Arquivamento
Pena aplicada					
Remessa dos autos	MPF			AGU	
Recomendação de instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

29) N° do processo	08.668.000.332/2004				
Tipo de processo	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusatória	
	Sindicância Patrimonial			X	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
N° e data do ato	Número: 158			Data: 15/05/2006	
Fato sob apuração (descrição sucinta)		Adulteração de placa de veículo de uso particular.			
Situação do processo	Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório	
	Processo encaminhado para julgamento em / /				X
Julgamento	X Absolvição			Apenação	Instauração de PAD (na forma de)
	Penalidade prescrita				Arquivamento
Pena aplicada					
Remessa dos autos	MPF			AGU	
Recomendação de instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

30) N° do processo	08.668.001.639/2006-74					
Tipo de processo	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)	
N° e data do ato	Número: 161			Data: 18/05/2006		
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Acidente com viatura					
Situação do processo	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /			<input checked="" type="checkbox"/>	Processo julgado
Julgamento	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na forma de)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Penalidade aplicada						
Remessa dos autos	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

31) N° do processo	08.668.001.640/2006-07					
Tipo de processo	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)	
N° e data do ato	Número: 162			Data: 18/05/2006		
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Acidente com viatura					
Situação do processo	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /			<input checked="" type="checkbox"/>	Processo julgado
Julgamento	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na forma de)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Penalidade aplicada						
Remessa dos autos	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

32) N° do processo	08.668.000.121/2006-13.					
Tipo de processo	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)	
N° e data do ato	Número: 166			Data: 23/05/2006		
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Acidente com viatura					
Situação do processo	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /			<input checked="" type="checkbox"/>	Processo julgado
Julgamento	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Penalidade aplicada						
Remessa dos autos	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

33) N° do processo	08668000911/2005					
Tipo de processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)	
N° e data do ato	Número: 171			Data: 24/05/2006		
Fato sob apuração (descrição sucinta)						
Situação do processo	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /			<input checked="" type="checkbox"/>	Processo julgado
Julgamento	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Penalidade aplicada						
Remessa dos autos	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Nº do processo			
Tipo de processo	Sindicância Investigativa		Sindicância Acusatória
	Sindicância Patrimonial		Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	Portaria	Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Nº e data do ato	Número:		Data:
Fato sob apuração (descrição sucinta)			
Situação do processo	Instrução	Indiciamento/Defesa	Relatório
	Processo encaminhado para julgamento em / /		Processo julgado
Julgamento	Absolvição	Apenação	Instauração de PAD (na forma de)
	Penalidade prescrita		Arquivamento
Pena aplicada			
Remessa dos autos	MPF		AGU
Recomendação de instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):	

Nº do processo			
Tipo de processo	Sindicância Investigativa		Sindicância Acusatória
	Sindicância Patrimonial		Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	Portaria	Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Nº e data do ato	Número:		Data:
Fato sob apuração (descrição sucinta)			
Situação do processo	Instrução	Indiciamento/Defesa	Relatório
	Processo encaminhado para julgamento em / /		Processo julgado
Julgamento	Absolvição	Apenação	Instauração de PAD (na forma de)
	Penalidade prescrita		Arquivamento
Pena aplicada			
Remessa dos autos	MPF		AGU
Recomendação de instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):	

CONSIDERAÇÕES FINAIS DO
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO 2006
- 17ª SRPRF/PI

Em relação ao Relatório de Correição 2006, releva comentar que a Corregedoria Regional da 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/Piauí procurou, no decorrer do ano de 2006, não se valer do instituto da Sindicância Administrativa Investigativa, utilizando-se, para tanto, da realização de Diligências Preliminares nas denúncias autuadas em que, de pronto, não se vislumbravam indícios claros de autoria e/ou materialidade delitiva, em que se pudesse instaurar um procedimento disciplinar autônomo.

Tal decisão foi tomada baseando-se no princípio do formalismo moderado, "como decorrência do mandamento constitucional de se buscar a eficiência, por meio de uma conclusão válida e justa, o processo administrativo disciplinar deve ser entendido e conduzido pela administração como sendo apenas um instrumento e não um fim em si mesmo"¹. Entendendo-se, aqui, processo administrativo disciplinar de uma forma abrangente.

Assim sendo, deve-se acrescentar ao Relatório de Correição o resultado das 38 (trinta e oito) Diligências Preliminares realizadas ao longo do ano de 2006:

<u>Quantidade de</u> <u>Diligências</u>	<u>Resultado</u>
07	<i>Instauração de Processo Administrativo Disciplinar</i>
12	<i>Instauração de Sindicância Administrativa Disciplinar</i>
02	<i>Instauração de Sindicância Administrativa Investigativa</i>
13	<i>Arquivamento</i>
02	<i>Encaminhamento para a Comissão de Ética</i>

¹ Controladoria-Geral da União, Apostila de Texto: julho de 2006.

Total: 38 Diligências Preliminares

DOS PROCESSOS DE CONTROLE

Atuação do tribunal de Contas da União

Não houve atuação no exercício de 2006 do Tribunal de Contas da União na Unidade Regional de forma a levantar alguma demanda que necessitaria de providências.

Atuação da Secretaria Federal de Controle Interno: plano de providências e outras

A 17ª SRPRF/PI teve seu Plano de Providências com exercício 2005 examinado pela Controladoria Geral da União, expondo o seguinte em seu relatório:

8.2.2.9 CONSTATAÇÃO: Falhas de caráter formal em contratações por inexigibilidade de licitação.

1.1 Recomendação:

Considerando o exposto, faz-se as seguintes recomendações:

- a) Inclua nas Notas de Empenho, quando utilizadas, também, como instrumento contratual, as cláusulas indicadas no art. 55 da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no parágrafo 2º do art. 62 da mesma lei.
- b) Abstenha-se de emitir empenhos em desacordo com os tipos e situações previstas nos parágrafos 2º e 3º do art. 60 da Lei nº 4.320/64.
- c) Observar o prazo de validade das consultas SICAF, em atendimento ao item 8.8 da IN/MARE nº 5/1995, em especial daquelas referente à regularidade social (INSS e FGTS), em razão do previsto no parágrafo 3º do art. 195 da Constituição Federal.

1.2. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

() (1) Concordo (2) Concordo parcialmente
(3) Discordo

1.3. Providências a serem Implementadas:

1.4. Prazo limite de implementação:

____/____/____

Gestores Responsáveis pela Informação
Nome e Cargo”

Em contrapartida, a Unidade Regional, através do Memorando nº 366/2006-17ª SRPRF/DPRF/MJ, já teria providenciado as falhas detectadas pela Controladora-Geral da União, conforme o que segue abaixo:

1. Em atendimento às recomendações constantes no Relatório de Auditoria nº 174759 relativo à análise dos atos e fatos da gestão desta Unidade no exercício de 2005, apresento as justificativas abaixo:

2. Com relação ao tipo de empenho utilizado, justificamos que os processos analisados já se encerraram, pois se referiam a contratações de serviços para o exercício de 2005; nos processos atuais essa falha já foi sanada e os empenhos emitidos já foram do tipo global.

3. Com relação à formalização e publicação dos contratos, quando estes forem substituídos por Notas de Empenho, esta UG já tomou as providências para sanar as falhas detectadas e atender às exigências do art. 61, parágrafo único, e art. 62, parágrafo 2º da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

4. Ainda com relação à constatação do sub item 8.2.2.9, o fornecedor com cadastramento vencido no SICAF, vejamos: conforme a Instrução Normativa MARE-GM nº 05/95, o cadastramento no SICAF compreende a documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação técnica e regularidade fiscal, sendo que esta última compreende a prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, ou no Cadastro Geral de Contribuintes, a prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Daí infere-se que o cadastramento do fornecedor não estava vencido. O Decreto nº 4.485/2002, art. 1º, parágrafo 1º diz que a habilitação dos fornecedores em licitação, dispensa, inexistência e nos contratos administrativos poderá ser comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no SICAF. Com relação à documentação sobre a regularidade para com a Fazenda Municipal, verificada naquela ocasião, constitui-se apenas como documentação complementar. Marçal Justen Filho em seus comentários sobre o tema da regularidade fiscal foi incisivo ao dizer que a comprovação da regularidade fiscal relativamente aos três níveis federativos afigura-se equivocada, sendo inviável reconhecer como indispensável a regularidade fiscal em face de outro ente federativo que não aquele que promove a licitação; assim, esta exigência resvalaria em meio de constrangimento para o pagamento de tributos. Afinal, não é cabimento se exigir regularidade para com o fisco dos três níveis da federação, muito menos há fundamento para se restringir a exigência a apenas o Estado em que o licitante tiver sede. Tais exigências infringem ainda princípios hermenêuticos básicos, pois a Constituição Federal proíbe a adoção de restrições que ultrapassem o mínimo necessário à garantia do cumprimento das obrigações por parte do licitante/contratado.

5. Destarte, quando se generalizou a exigência de regularidade para todas as figuras tributárias, restou subvertida a ordem constitucional. Ressalte-se que, a auditoria equivocadamente observou a situação fiscal da

empresa contratada, ainda na fase inicial do processo, ou seja, o correto seria observar a instrução processual por inteiro. A auditoria não verificou a validade da documentação, folha 35 e 36, do processo 08.668.001.856/2005-83, e ainda, quando da contratação o SICAF da referida empresa estava perfeitamente com suas documentações válidas, folha 55, do mesmo processo. É importante frisar, que o procedimento adotado fora implementado, simplesmente porque o órgão expedidor da Certidão em questão se encontrava em estado de greve e a interação e/ou integração sistemática de renovação automática com o sistema SIASG não suscitou eficácia, razão pela qual colocamos a documentação no processo de forma que se pudesse verificar a regularidade fiscal da Contratada.

6. São estas as informações que tínhamos a prestar concordando com a recomendação e esclarecendo que as providências foram implementadas de imediato. Em anexo seguem as cópias do Processo nº 08.668.001.856/2005-83, Certificado de Auditoria nº 174536.

DA CONCLUSÃO

Conforme demonstramos, consideramos significativos os avanços e resultados obtidos por esta Superintendência no ano de 2006, analisando o trabalho desenvolvido e as condições oferecidas, o número do serviço aumentou significativamente ao contrário do número de servidores. Esperamos que em 2007 tenhamos melhores condições para desempenhar as nossas atividades.

Com efeito, Obedecendo às metas estabelecidas para serem cumpridas durante o ano de 2006, a 17ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, buscou ordenar o desenvolvimento das ações voltadas a obtenção dos objetivos elencados na proposta orçamentária/financeira de 2006. Entretanto, metas foram cumpridas, mais, alguns (Projetos voltados para o suporte da atividade Operacional), deixaram de serem executadas devido à falta de provisão orçamentária para sua execução. Administrativamente podemos definir o empenho da gestão de uma forma favorável, já que, os projetos realizados, e concluído pela 17ª SRPRF no exercício de 2006, foram de suma importância para que a 17ª SRPRF não sofresse solução de continuidade administrativa e operacional.

Cabe mencionar que mesmo dentro das limitações encontradas pela Administração Pública (Orçamento, insuficiência de pessoal) buscamos executar com eficiência, eficácia e economicidade os nossos trabalhos norteados pela Missão desta Instituição, através dos fatores determinantes de sucesso, visando alcançar resultados cada vez mais satisfatórios junto à sociedade.

É o relatório

Teresina/PI, 14 de fevereiro de 2007.

BERNARDO JOSÉ CARVALHO VAL
Superintendente Regional
17ª SRPRF/PI

DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que os servidores constantes do “Rol de Responsáveis” desta 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal do Estado do Piauí, abaixo relacionados, estão em dia com a exigência da apresentação da Declaração de Bens e Rendas, referente ao exercício 2006, Ano-Base 2005, de que tratam a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993 e a IN/TCU nº 05, de 109 de março de 1994.

BERNARDO JOSÉ CARVALHO VAL – CPF: 138.329.133-00
JOABLE DE CARVALHO CHAVES – CPF: 703.446.803-63
SYLMARA LEITE BENTO – CPF: 398.195.743-15
CARLOS FRANCISCO MAURIZ LOPES – CPF: 343.110.413-49
JAHELTON SOARES DA SILVA – CPF: 940.192.743-04
HÉLIO ARAÚJO SILVA – CPF: 273.518.403-00
SÉRGIO RICARDO BEZERRA ARAÚJO – CPF: 702.918.023-20
ANERÃO DA SILVA COUTINHO NETO – CPF: 027.168.603-00
ELIZA SANTOS DE MORAIS – CPF: 498.490.003-25
EDNA MARIA CANTANHEDE FERREIRA DA COSTA – CPF: 412.515.803-78
LUZIA ROCHA DA SILVA – CPF: 424.420.446-68
MANOELA MENDES VIEIRA DE OLIVEIRA – CPF: 890.142.273-53
CLÁUDIO CARVALHO E SILVA – CPF: 306.716.713-91
ERALDO DE CASTRO BRANDÃO – CPF: 498.501.483-49
IVALDO LIMA E SILVA – CPF: 462.502.473-00
JORGE LUIZ FERREIRA DA COSTA – CPF: 433.401.803-34

Teresina(PI), 13 de Fevereiro de 2007.

ELIZA SANTOS DE MORAIS
Chefe da Seção de Recursos Humanos
17ª SRPRF/PI

NOMINATA DAS DELEGACIAS

- **DELEGACIA 17/1 (TERESINA)**
JOÃO FRANCÍLIO BARBOSA VIANA
- **NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO**
ISAÍAS CARLOS DE ARAÚJO FURTADO **SEGUNDO**
- **DELEGACIA 17/2 (PIRIPIRI)**
ROBERTO DO REGO MONTEIRO MELO
- **NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO**
GILSON RODRIGUES DE SAMPAIO
- **DELEGACIA 17/3 (FLORIANO)**
AGUSTINHO FERREIRA DO NASCIMENTO
- **NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO**
WELINGTON BATISTA RODRIGUES
- **DELEGACIA 17/4 (PICOS)**
GILDWÂNIO BARROS LEAL
- **NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO**
BENEDITO DE SOUSA LIMA
- **DELEGACIA 17/5 (PARNAÍBA)**
CLEVA MARIA DA SILVA CARVALHO
- **NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

APRESENTAÇÃO

Cumprindo determinação expressa em Decisão Normativa TCU nº 81, de 06 de dezembro de 2006, atendendo à Instrução Normativa TCU nº 47, 27 de outubro de 2004, bem como à Norma de Execução nº 03, de 28 de dezembro de 2006, a administração Regional da 17ª Superintendência Regional, órgão do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e integrante da estrutura regimental do Ministério da Justiça, apresenta para apreciação, o presente **Relatório de Gestão** exercício 2006.

A Polícia Rodoviária Federal tem como finalidade, além do disposto no parágrafo 2º do artigo 144 da Constituição Federal, a competência estabelecida no artigo 20 da Lei 9.503, de 23.09.1997, Código de Trânsito Brasileiro, e o disposto no Decreto n.º 1655, de 03.10.1995, e especificamente:

- XIX. Preservar a ordem, a segurança pública e a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros, assim como exercer o planejamento, a coordenação e a supervisão do policiamento rodoviário, executando operações relacionadas com serviços de segurança, por meio do patrulhamento ostensivo e estradas federais;
- XX. Exercer os poderes de autoridade de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, bem como executar o policiamento, a fiscalização e a inspeção do trânsito e do transporte de pessoas e bens, além de supervisionar, inspecionar o tempo de direção dos motoristas de veículos de transporte de cargas e de passageiros;
- XXI. Autuar infratores, impor multas, aplicar penalidades administrativas e adotar as demais medidas cabíveis, relativas ao trânsito e ao transporte, bem como arrecadar as multas aplicadas, as taxas e os valores decorrentes de prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais e serviços de guincho;
- XXII. Realizar o planejamento, a coordenação, a supervisão e a execução dos serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias e estradas federais, bem como promover a coleta de dados e informações sobre as ocorrências e as estatísticas de trânsito;

- XXIII. Realizar perícias, levantamento de locais, análise de disco diagrama, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em lei ou regulamentos, imprescindíveis à completa elucidação dos acidentes de trânsito;
- XXIV. Adotar providências para assegurar a livre circulação da via, notadamente em casos de acidentes de trânsito, podendo solicitar a presença de outras autoridades, quando as providências requeridas excederem de sua competência, bem como solicitar às unidades de engenharia do órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais para o restabelecimento da fluência do tráfego;
- XXV. Proceder à apreensão de veículos, objetos e animais que se encontrem irregularmente nas faixas de domínio das rodovias federais, recolhendo-os a local adequado e devolvendo-os aos seus legítimos donos, mediante pagamentos de multas e indenizações dos custos de manutenção e guarda, podendo providenciar a alienação daqueles não reclamados no prazo de noventa dias, contados da data da apreensão;
- XXVI. Manter articulação com Órgãos do sistema nacional de trânsito, de Transporte e de Segurança Pública, promovendo o intercâmbio de informações, objetivando o combate à violência do trânsito e a implementação de ações integradas de segurança pública;
- XXVII. Zelar pela observância das disposições legais e administrativas relativas ao direito de vizinhança nas vias sob jurisdição federal, promovendo a interdição das construções, obras e instalações não autorizadas nas faixas de domínio ou que possam interferir na segurança do trânsito;
- XXVIII. Executar, promover e participar das atividades de orientação e educação para a segurança do trânsito, bem como desenvolver trabalho contínuo e permanente de prevenção de acidentes de trânsito, socorro e salvamento de vítimas;
- XXIX. Informar ao órgão responsável pela manutenção e conservação da via sobre as condições de tráfego das rodovias, que possam atentar contra a segurança do trânsito, adotando medidas emergenciais à sua proteção;
- XXX. Prestar informações aos usuários sobre condições das rodovias, relativamente ao trânsito e ao transporte rodoviário de passageiros e de cargas;
- XXXI. Exercer a fiscalização, o policiamento e o controle do tráfego nos postos de pesagem e pedágio;
- XXXII. Credenciar, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de guincho e remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis e de produtos perigosos;
- XXXIII. Executar medidas de segurança, planejamento e escolta nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estados, Diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando solicitado;
- XXXIV. Efetuar a fiscalização e o controle do trânsito e do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na Lei n. 7 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- XXXV. Colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, o furto e roubo de veículos e outros bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previsto em lei; e;
- XXXVI. Realizar concursos públicos, outros processos seletivos, cursos, estágios, formação, treinamento e demais atividades de ensino, na área de sua competência.

Com esses misteres e mais um plano anual nas atividades fim e meio, repassados às regionais em forma de memorandos circulares, ordens de serviços, ordens de missões e outros, visando atingir dentre os objetivos do DPRF, que tem como metas: a diminuição de acidentes de trânsitos, conseqüentemente menos vítimas; a proteção de pessoas e bens; ajudar na preservação do meio ambiente; o combate ao descaminho; contrabando e drogas afins e

ainda prestar assistência aos usuários das rodovias federais 24 horas por dia. Como meta também, tornar o Policial Rodoviário profissionalizado, oferecendo a cada servidor capacitação de alto nível seja na área operacional ou administrativa, de forma atender as peculiaridades de cada regional e suas subunidades, delegacias seções e núcleos na capital e no interior. A 17ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – 17ª SRPRF, desenvolveu no exercício de 2004, operações de policiamento permanente nas rodovias federais no Piauí, além de cumprir rigorosamente o calendário anual de operações especiais, determinados pela Direção Geral, utilizando todo o seu efetivo, seus equipamentos, a sede, delegacias e postos, a fim de obter resultados satisfatórios na política de segurança pública do Governo Federal.

No sentido de melhorar a capacidade administrativa e operacional da PRF, esta Regional tem estabelecido objetivos, buscando definir prioridades através de planejamento que visa a alcançar resultados cada vez mais satisfatórios e que possam definitivamente melhorar a imagem desta polícia perante a sociedade.

A 17ª SRPRF tem sob sua jurisdição 2.711 km, distribuídos em 10 rodovias federais que cortam o Estado do Piauí, fazendo interligações entre este Estado e o Ceará, Pernambuco, Bahia e Maranhão, através da BRs 020, 135, 222, 230, 316, 324, 343, 402, 404 e 407, do litoral ao extremo sul do Estado.

O efetivo da 17ª SRPRF é composto por 216 policiais, e 13 servidores administrativos, distribuídos na Sede, nas 05 Delegacias, Central de Operações:

Sede – Teresina: 37 policiais e 12 servidores administrativos;

Central de Operações - Teresina: localizado na Sede da 17ª SRPRF, com um efetivo de 09 policiais;

Delegacia 17.1 – Teresina: três Postos, sendo dois localizados nas saídas norte e sul da capital e um na cidade de Campo Maior-PI, com um efetivo de 56 policiais, 13 viaturas, radares, para atender ao patrulhamento de 300 km, nas BR 343 e 316.

Delegacia 17.2 – Piripiri: dois Postos, o primeiro na Br 343, saída para Teresina e outro na BR 222, divisa com o Estado do Ceará, com efetivo de 30 policiais, 07 viaturas, aparelhos de radar, para atender uma jurisdição de 234 km, nas BR 222, 343 e 404.

Delegacia 17.3 – Floriano: um Posto na cidade de Floriano localizado na superposição das Br's 230 e 343, com um efetivo de 18 policiais, 05 viaturas, para atender um patrulhamento de 1.613 Km, até a divisa com a Bahia na BR 135, em Cristalândia.

Delegacia 17.4 – Picos: três Postos localizados, o primeiro em Picos na BR 316, o segundo em Alegrete do Piauí, próximo à divisa com o Estado de Pernambuco na BR 316, e o terceiro na BR 316 em Valença do Piauí, cobre uma área de 698 Km, para um efetivo de 45 policiais, 12 viaturas e radares. Além dos três Postos, é de responsabilidade daquela Delegacia o policiamento das BR's 407 até a divisa com o Pernambuco, saída para Petrolina-PE, BR 020, saída para Fortaleza-CE e BR 230 divisa do Estado do Ceará, saída para Campo Sales.

Delegacia 17.5 – Parnaíba: um Posto na BR 343, com um efetivo de 21 policiais e 01 servidor administrativo, 07 viaturas e radares, para atender ao patrulhamento de 244 km, nas BR's 343 e 402.

Esta Unidade apesar do pouco efetivo, manteve permanentemente um sistema de rondas e comandos itinerantes regionalizados de forma a atender a necessidade peculiar de cada Delegacia, quando dos aumentos de fluxos de veículos decorrentes de festividades isoladas, buscando desta forma, reduzir o número de acidentes e de vítimas, através de definição de estratégias na distribuição de homens e equipamentos ao longo das rodovias federais, em pontos críticos.

RELATÓRIO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL 2004

ATIVIDADES	2004
-------------------	-------------

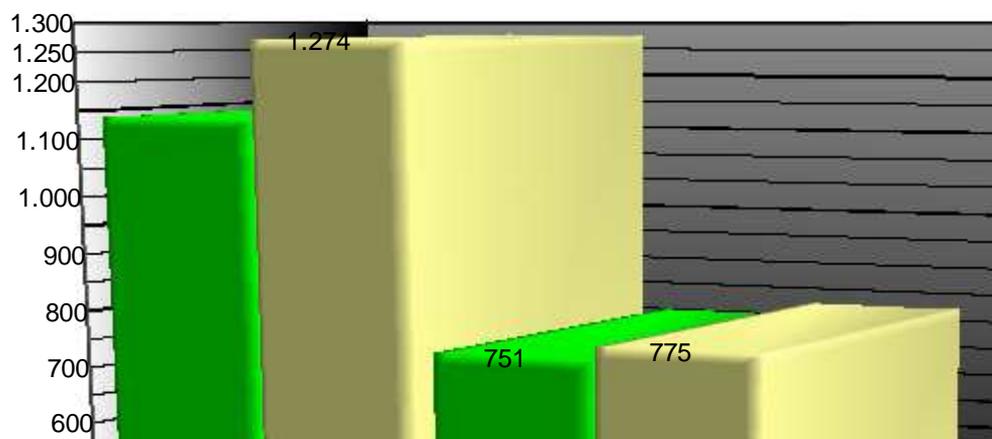
Veículos	
Recuperados (produtos de ilícito)	54
Apreendidos (restrição judicial)	04
Apreendidos (restrição administrativa)	14
Retidos/removidos (p/regularização)	12160
Armas Apreendidas	
De Fogo	22
Brancas	39
Drogas	
Maconha (Kg)	1972,5
Cocaína (Kg)	-
Crack (g)	20
Outras Drogas	-
Contrabando e Descaminho	
Cigarros (Pacotes)	545
Combustíveis (litro)	5000
Equipamentos eletrônicos e informática (un)	6536,83
Fitas e CD's (um)	26154,19
Outros	47205,43
Crimes Ambientais	
Animais Silvestres (un)	07
Madeiras (m ³)	3065
Carvão (m ³)	13,5
Outros	2000
Pessoas Detidas	
Flagrante (sem necessidade da lavratura)	143
Mandado	12
Ato infracional (menores)	03
Acidentes	
Veículos Envolvidos	1274
Mortos	135
Feridos	775

RESUMO DAS ATIVIDADES

Ano 2004

Nas atividades de trânsito, desenvolvidas pela PRF, o resultado de números de acidentes foram negativos, mas, se considerarmos o aumento de 10% anual da frota veicular no país, como também o estado precário das rodovias no Piauí, e ainda a diminuição do efetivo da Regional, esses números em comparação ao exercício anterior, foram satisfatórios.

ANO	ACIDENTES	FERIDOS	MORTOS
2003	1.138	751	125
2004	1.274	775	135
Varição	+ 11,95%	+ 3,20%	+ 8,00 %



Ações de Segurança Pública no Ano 2004.

As ações de segurança pública da PRF apresentaram aumento de 8,93 % no número de armas apreendidas e redução de 59,26 % na recuperação de veículos roubados, em contrapartida houve um considerável aumento de 2.066,39 % na apreensão de maconha.

ANO	ARMAS APREENDIDAS(un)	MACONHA(kg)	VEÍCULOS RECUPERADOS
2003	56	91,05	86
2004	61	1972,5	54
Varição	+ 8,93%	+ 2.066,39 %	- 59,26%



ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA PRF NO ANO DE 2004

RELATÓRIO DE OPERAÇÕES	
SUPERINTENDÊNCIA: 17ª - PI	ANUAL/2004
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	

1. Comandos gerais	87
2. Comandos médicos	02
3. Comandos educativos	01
4. Comandos de velocidade	60
5. Comando por excesso de peso	184
6. Comando de sinalização e condição do veículo	175
7. Operações especiais	21
8. Operações Eventuais	19
9. Operação em conjunto c/ outros Órgãos	35
10. Operação de Férias e Feriados Nacionais	52
11. Operação GPE – Regional /Nacional	01
12. Operação emergencial	03
13. Operação de apoio a outro Órgão	17
14. Escolta de autoridades	10
15. Escolta/batedor de cargas excedentes	21
16. Apreensões de animais soltos na rodovia	00
17. Auxílios a usuários na rodovia	569
18. Auxílios diversos	197
19. Palestras	368
20. Autorização de viagens	17

A Direção da 17ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal participou efetivamente de todas as reuniões realizadas em 2004, do CONSENE e do COMEN.

Temos regularmente realizado reuniões de serviços com os administradores da Superintendência e Delegacias e, semestralmente ou quando necessário, com o restante do efetivo, em cujas reuniões procuramos disseminar as informações e orientações emanadas da administração central, assim como aquelas nascidas do entendimento dos que fazem a Administração Regional, de forma a cada vez mais atuar com excelência na prestação do serviço público, sempre primando pela qualidade do serviço, contribuindo para melhoria de vida do usuário.

Na área de **RECURSOS HUMANOS**, anexo 2.4, Administração da Força de trabalho teve a seguinte movimentação:

- Removidos p/outra regional - 01
- Removidos p/ a 17ª SRPRF - 08,
- Aposentados - 01
- Admitidos – 03
- Exonerado - 01

Na execução do Plano Anual de Capacitação/DPRF/2004, treinamos e capacitamos 426 servidores, conforme anexo 2.3 Ações e Capacitação.

Na área de **CORREGEDORIA** foram instaurados 15 (quinze) processos, sendo 12 (doze) tipo Sindicância e 03 (três) tipos de Processo Administrativo Disciplinar, todos em andamento.

A Corregedoria e Assuntos Internos empreenderam esforços no sentido que fossem dadas as condições para realização das diligências, e ainda cumprido um calendário de fiscalizações, dentro do Plano de Inspeção Sistemática - PIS, aos Postos e Delegacias.

Na área **ADMINISTRATIVA** O objetivo da Unidade foi cumprir as atribuições institucionais, garantindo o apoio logístico necessário ao bom desempenho da atividade-fim.

Considerando a peculiaridade que reveste as atividades finalísticas desta Instituição buscou-se, através dos serviços administrativos, proporcionar condições de trabalho ao Policial, haja vista os mesmos serem de suma importância ao desempenho das atribuições do Órgão.

Realizamos a contratação de serviços terceirizados, serviços públicos, serviços de manutenção, aquisições, entre outros, os quais passamos a relacionar:

CONTRATOS

Referente aos contratos em vigor desta Superintendência, promovemos a continuidade dos mesmos através de Termos Aditivos, prorrogando os prazos de vigências, sendo eles:

CONTRATO:	EMPRESA
Serviço telefônico fixo comutado (STFC) Longa Distância Nacional.	Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A – EMBRATEL
Serviço de limpeza, asseio e conservação.	STAR SERVICE LTDA

Em relação aos Gastos Públicos, executaram-se os seguintes contratos:

Publicações no DOU

Fornecimento de energia elétrica

Fornecimento de água tratada

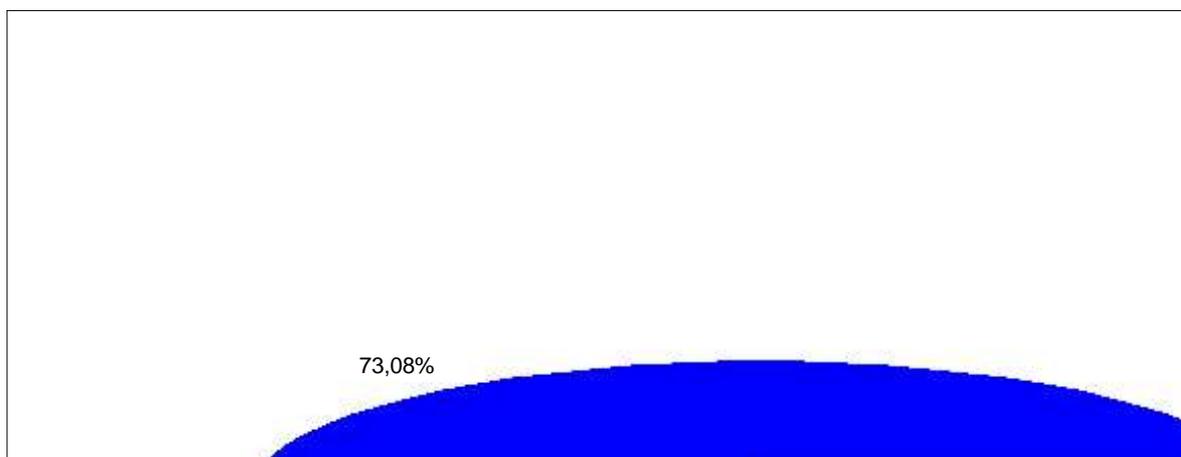
LICITAÇÕES REALIZADAS:

MODALIDADE	TOTAL
Convite	09
Tomada de Preços	01
Pregão	09
Total:	19

47,37%

FORMAS DE AQUISIÇÃO

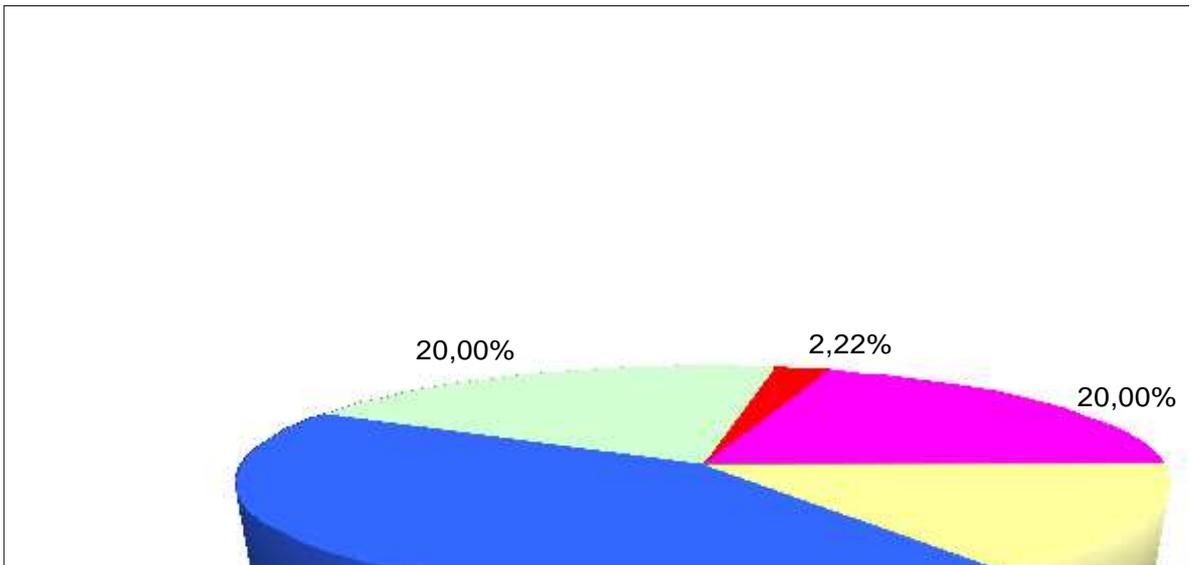
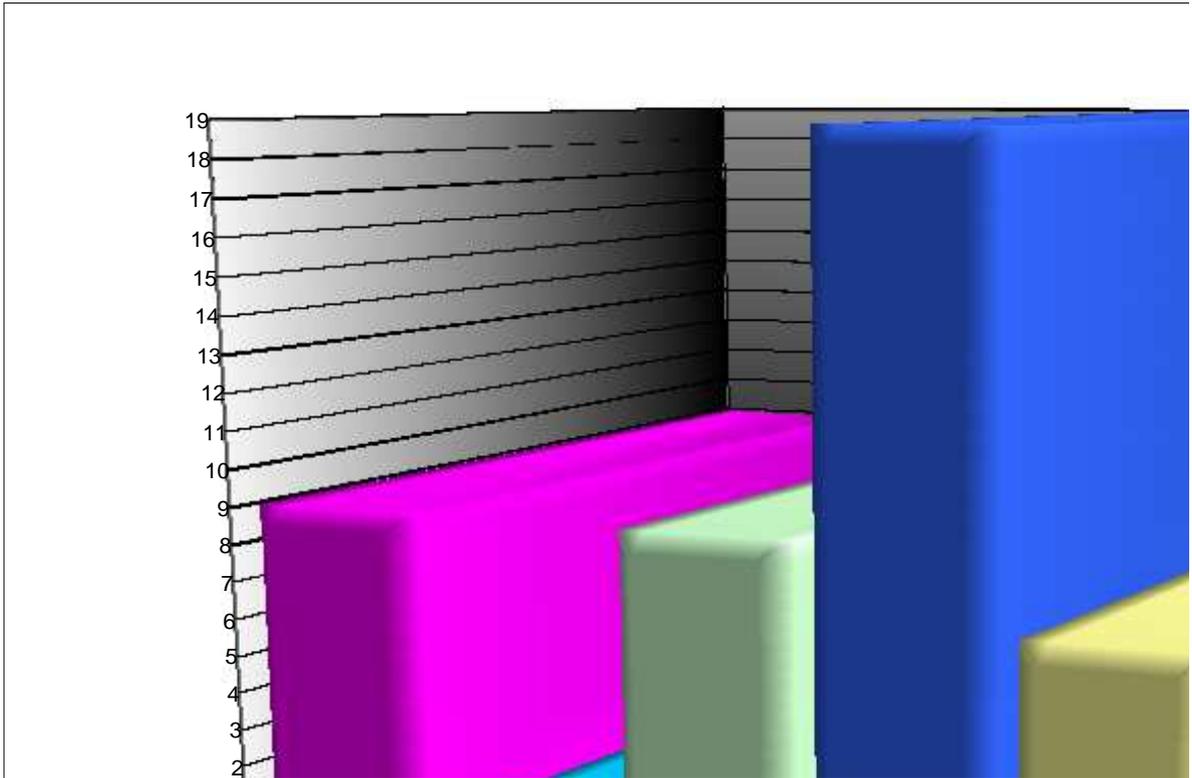
TIPO	TOTAL
Dispensa de Licitação	19
Inexigibilidade de Licitação	07
Total	26



Obs.: Dispensas/Inexigibilidades lançados no **SIDEC** objetivando a aquisição de materiais (permanentes e de consumo) e prestação de serviço.

GRÁFICO COMPARATIVO DAS MODALIDADES DE LICITAÇÕES E FORMAS DE AQUISIÇÕES EXECUTADAS NO EXERCÍCIO DE 2004.

MODALIDADE/FORMA	TOTAL
Convite	09
Tomada de Preços	01
Pregão	09
Dispensa de Licitação	19
Inexigibilidade de Licitação	07
Total	45



CONVITE

Nº	ASSUNTO	OBS.
01/01	Aquisição de material de consumo (Pneus e Baterias).	Concluído
02/02	Aquisição de material de consumo (expediente).	Concluído
03/03	Contratação de empresa de engenharia para reforma de Postos e Delegacia (Picos/PI e Parnaíba/PI) – Conforme anexo do edital.	Concluído
04/04	Contratação de empresa de engenharia para limpeza e desinfecção de 06 (seis) poços	

	tubulares nos Postos da 17ª SRPRF.	Concluído
05/05	Aquisição de material permanente (cadeiras; mesas; armários; bebedouros de água mineral – garrafão).	Concluído
06/06	Contratação de empresa para o fornecimento de serviços de manutenção em computadores e impressoras.	Revogado
07/07	Aquisição de material de consumo (expediente)	Concluído
08/08	Contratação de empresa de engenharia para construção de muros de segurança, monumento.	Concluído

TOMADA DE PREÇO

Nº	ASSUNTO	OBS.
01/01	Aquisição de material de consumo (pneus, baterias e fluidos para veículos).	Concluído

PREGÃO

Nº	ASSUNTO	OBS.
01/01	Contratação de empresa para a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças e/ou acessórios originais compreendendo os serviços de mecânica serviços elétricos, lanternagem, pintura, alinhamento, balanceamento, cambagem e guinchamento em veículos da 17ª SRPF/PI.	Concluído
02/02	Contratação de empresa para prestação de serviço de locação e manutenção de 01 (uma) máquina fotocopadora.	Concluído
03/03	Aquisição de bens de informática.	Concluído
04/04	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de segurança e vigilância armada, para a 5ª Delegacia da 17ª SRPRF-PI, na cidade de Parnaíba-PI.	Concluído
05/05	Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de locação de mão-de-obra na área de serviços auxiliares, nas condições e especificações constantes do anexo I deste edital.	Concluído
06/06	Contratação de empresa para prestação de serviço de telefonia móvel.	Concluído
07/07	Seleção de empresa especializada na execução dos serviços de troca de	

	03(três) torres de radio e manutenção de outras 8 (oito), nas cidades de Teresina, Piri-piri, Parnaíba, São João da Fronteira, Floriano, Picos, Valença e Alegrete todas no estado do Piauí.	Revogado
08/08	Aquisição de material de consumo (pneu, bateria e óleo lubrificante) para esta 17ª SRPRF-PI.	Concluído
09/09	Seleção de empresa para o fornecimento de passagem aéreas nacionais, para atendimento das necessidades de viagens dos servidores da 17ª SRPRF-PI, e a operacionalização de reservas e serviços afins.	Concluído

METAS ALCANÇADAS

Conclusão de inexibibilidades e/ou dos certames licitatórios propostos em 2004 e efetivação dos seguintes contratos:

CONTRATO	CONTRATADA
Serviço de manutenção preventiva e corretiva da frota.	E M Albuquerque
Serviço de locação e manutenção de 01 (uma) máquina Fotocopiadora.	Power Máquinas Ltda
Serviço de locação de mão-de-obra de serviços auxiliares	SERVI SAN VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA
Serviços de segurança e vigilância armada, nas dependências da 5ª Delegacia, Parnaíba/PI	SERVI SAN VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA
Serviços de coleta, transporte e entrega de correspondência agrupada (malote)	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT
serviços postais convencionais, correspondências normal registrada local e nacional, e correspondências expressas - SEDEX local e nacional para capitais.	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT
Serviços de Telefonia fixa local	TELEMAR NORTE LESTE S/A
serviços de telefonia móvel, com sistema corporativo e fornecimento de 19 (dezenove) aparelhos em comodato.	TNL PCS S/A
Serviços de passagens aéreas nacionais.	Open Tour Viagens e Turismo Ltda
Convênio aceitação, como estagiários, de alunos regularmente matriculado e que venham freqüentando, efetivamente, cursos de educação superior e de ensino médio	Centro de Integração Empresa Escola – CIEE

Conclusão de inexigibilidade com a respectiva efetivação de Convênio:

CONVÊNIO	CONVENIENTE
----------	-------------

Convênio aceitação, como estagiários, de alunos regularmente matriculado e que venham freqüentando, efetivamente, cursos de educação superior e de ensino médio

Centro de Integração Empresa Escola – CIEE

VIATURAS

A Unidade tem em uso 81 (oitenta) veículos para serviços de policiamento ostensivo, administrativos, regaste, representação etc., e 07 (sete) veículos relacionados para futura baixa, conforme Anexo 2.5.

A manutenção é feita através de contrato firmado com empresa especializada e acompanhados por comissões designadas para esse fim, mediante Portarias de designação.

CONTROLE DE ABASTECIMENTOS DAS VIATURAS

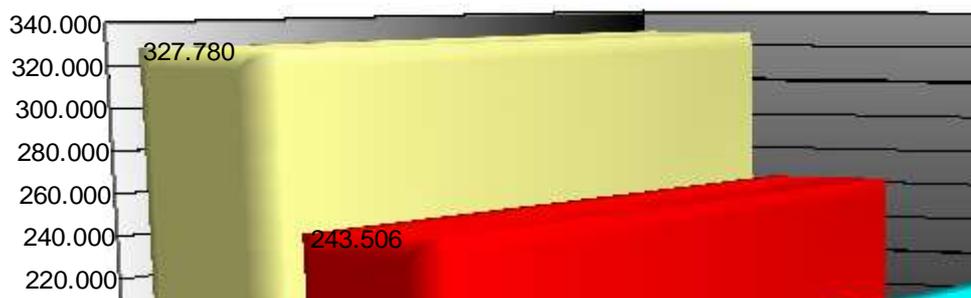
Os abastecimentos das viaturas são feitos através de cartão de abastecimento em postos credenciados pela rede Ticket Car (gasolina, álcool e diesel).

Para o controle dos abastecimentos, foi implantado sistema (programa) próprio da Ticket Car, com acesso pela internet, sendo emitidos relatórios mensais de cada Delegacia e Sede para acompanhamento.

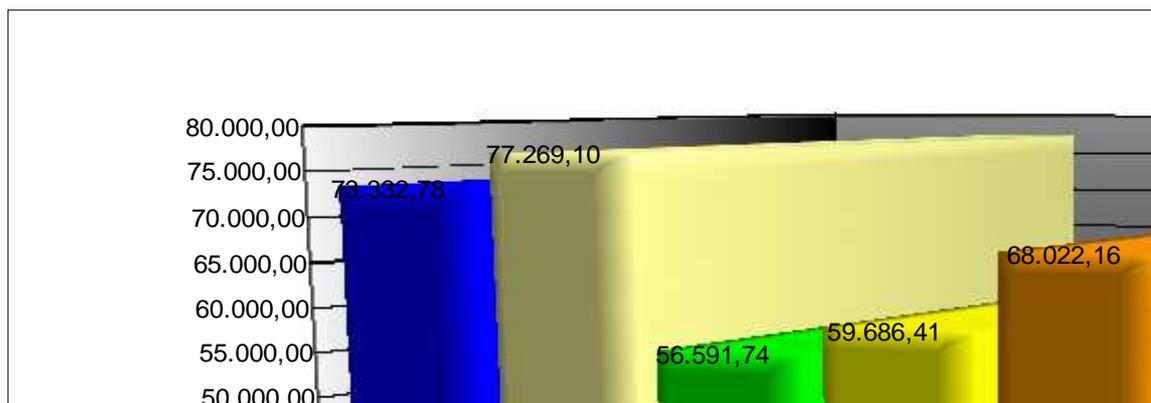
As irregularidades ou divergências nos relatórios são encaminhadas para a Delegacia de lotação da viatura, para a identificação do policial que efetuou o abastecimento, e conseqüente elaboração de justificativa por escrito.

TABELA KM RODADO PELA 17ª SPRF/PI

LOTAÇÃO	2004
SEDE	327.780
DEL 7/1	243.506
DEL 7/2	161.963
DEL 7/3	188.605
DEL 7/4	214.946
DEL 7/5	149.681
TOTAL	1.286.481



CONSUMO DE COMBUSTÍVEL EM REAL (R\$)	
LOTAÇÃO	2004
SEDE	73.332,78
DEL 7/1	77.269,10
DEL 7/2	56.591,74
DEL 7/3	59.686,41
DEL 7/4	68.022,16
DEL 7/5	44.183,87
TOTAL	379.086,06



PATRIMÔNIO E MATERIAL

No início de 2004 executou-se à distribuição dos materiais operacionais, uniformes e equipamentos, adquiridos pelo DPRF e 17ª SRPRF, a todas as Delegacias e Sede, para que fossem repassados aos policiais.

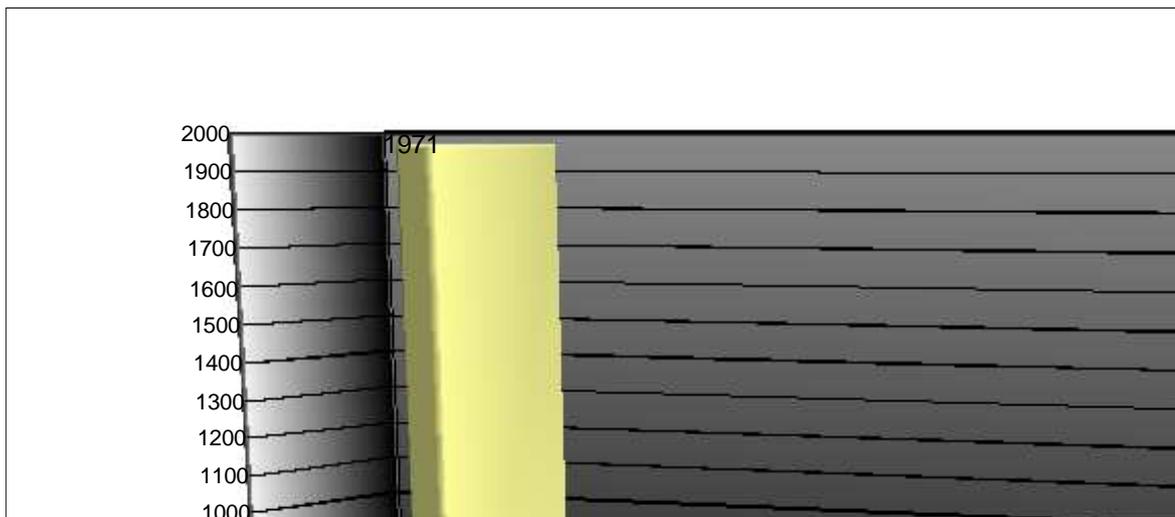
Foram acompanhadas e orientadas as comissões de reaplaquetamento e inventário e a comissão de Doação de Viaturas em seus trabalhos.

Efetuiu-se em conjunto com o Núcleo de Serviços Gerais, a aquisição de diversos materiais de expediente e operacional.

DOCUMENTAÇÃO

Na área de Documentação foram atuados os seguintes quantitativos, conforme quadro de detalhamento abaixo:

QUANTIDADE DE PROCESSOS	
Sede	1.971
Delegacia 17/01	242
Delegacia 17/02	124
Delegacia 17/03	67
Delegacia 17/04	317
Delegacia 17/05	178
TOTAL GERAL	2.899



ORÇAMENTO E FINANÇAS

Na área de Orçamento e Finanças foram executadas as seguintes atividades diárias, conforme quadros de detalhamento abaixo:

TIPO	QUANTIDADE
ORDEM BANCÁRIA	1368
NOTA DE EMPENHO	385
NOTA DE EMPENHO/SIASG	193

DEMONSTRATIVO DE GASTOS	
DESCRIÇÃO	VALOR R\$
SERVIÇOS PÚBLICOS	
IMPrensa NACIONAL	7.237,00
CORREIOS	<u>3.277,89</u>
ENERGIA ELÉTRICA	90.255,23
ÁGUA/ESGOTO	<u>1.887,63</u>
	102.657,81
SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES	
(STFC) LOCAL	59.601,78
(STFC) LDN	<u>53.159,99</u>
	112.761,77
SERVIÇO LIMPEZA ASSEIO E CONSERVAÇÃO	141.608,52
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORETIVA DA FROTA	
PEÇAS	37.324,63
SERVIÇOS	<u>15.778,80</u>
	53.103,43

SERVIÇOS DE TERCEIROS		28.671,13
MATERIAL DE CONSUMO		162.866,86
MATERIAL PERMANENTE		67.201,17
SUPRIMENTO DE FUNDOS		
MATERIAL	1.120,98	
SERVIÇOS	<u>4.507,93</u>	
		5.628,91
PASSAGENS AÉREAS		69.924,73
SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINA FOTOCOPIADORA		3.450,00
SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA DE SERVIÇOS AUXILIARES		426,18
SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA – PARNAIBA/PI		603,03
DIÁRIAS:		
OPERACIONAIS	140.163,25	
ADMINISTRATIVA	45.606,63	
CAPACITAÇÃO	81.354,01	
INTELIGÊNCIA	2.249,70	
CORREGEDORIA	<u>28.691,95</u>	
		298.065,54
TOTAL		1.046.969,08

- Serviços Desenvolvidos:

Iniciam-se os trabalhos com o acerto do movimento do dia anterior para repasse ao responsável pela conformidade documental;

São feitas impressões e assinaturas das notas de empenho registradas pelo Núcleo de Serviços Gerais, através do SIASG;

São feitas conferências e posterior pagamento das faturas referente a serviço público e compras em geral;

Os contratos, quanto a empenho, conferência de notas fiscais e pagamentos são feitos e arquivados por este Núcleo;

São realizadas conferências e reclassificações das prestações de contas relativas as compras efetuadas com suprimento de fundos;

Todas as diárias (administrativa, operacional, inteligência e sindicância) são emitidas por este Núcleo;

Na última semana de cada mês, com a chegada dos relatórios da folha, é dado início aos trabalhos referente ao pagamento da folha de pessoal;

Está sendo feita, regularmente, a atualização do rol de responsáveis quando da eventual substituição do responsável;

METAS PARA O EXERCÍCIO DE 2005

1. Atividade Fim (Operacional):

3. Identificar pontos críticos nas rodovias, aqueles onde ocorrem maiores números de acidentes, conseqüentemente mais vítimas: conhecer suas causas e intensificar o Policiamento em Operações Especiais, ou de rotina, mesmo fora do calendário

anual de operações, com a participação ativa da Seção de Policiamento e Fiscalização, Delegacias e Núcleos de acidentes e de Operações Especiais e se necessário o efetivo da Sede; fazer campanhas educativas e preventivas nas cidades próximas àqueles pontos; sugerir elaboração de projeto especial de sinalização horizontal e vertical, para junto à autoridade responsável, no caso o DNIT, sinalizar esses pontos efetivamente; e finalmente convocar o os usuários que utilizam os locais identificados, para colaborar com a PRF, divulgando a outros as situações de riscos naquelas áreas especificamente.

4. Na vertente segurança pública, priorizar o combate ao descaminho de pessoas, tráfico de trabalhadores rurais, a prostituição infanto-juvenil ao longo das rodovias federais no Piauí. Otimizar a integração com outros órgãos que fazem a Segurança Pública no Estado do Piauí.

2. Atividade Meio (Suporte a atividade fim):

11. Reformas dos Postos: Valença da 4ª Delegacia; Floriano 3ª Delegacia; Alegrete da 4ª Delegacia e São João da Fronteira da 2ª Delegacia;
12. Reformar ou construir Delegacias 2ª (Piripiri), 3ª (Floriano) e 4ª (Picos-PI);
13. Contratação de Vigilância Armada para a Sede da 17ª SRPRF.
14. Aquisição de veículos descaracterizados para uso administrativo na sede da superintendência e delegacias;
15. Aquisição de 02 (dois) veículos para apreensão de animais;
16. Aquisição de 03 (três) viaturas tipo resgate;
17. Aquisição de veículo tipo micro ônibus para comandos operacionais na região sul, tendo em vista o baixo efetivo de PRF em vasta extensão de rodovia;
18. Aquisição de veículos tipo guincho para uso operacional no serviço de remoção de veículos retidos, apreendidos e acidentados;
19. Reforma Geral das instalações da sede da 17ª SRPRF e construção de salas no prédio situado à Avenida João XXIII, 1516 – Teresina/PI;
20. Locação de 10 (dez) radares fotográficos;
21. Aquisição de 10 (dez) etilômetros;
22. Contratação de Serviços gráficos para a 17ª SRPRF;
23. Contratação de serviços de manutenção de computadores para a 17ª SRPRF;
24. Contratação de serviços de manutenção de rádios para a 17ª SRPRF;
25. Contratação de serviços para o fornecimento de água mineral em garrações para a 17ª SRPRF;
26. Implantação do sistema frame reley nas Delegacias não contempladas com tal serviço;
27. Aquisição de materiais permanentes e de consumo;
28. Aquisição coletes antibalísticos, padrão PRF;
29. Aquisição de munição não letal;
30. Aquisição de serviços de Terceiros nas áreas Operacional e Administrativa;
31. Continuar os processos de capacitação de servidores, ao nível da Direção Geral e Local.

Conclusão

Conforme demonstramos, consideramos significativos os avanços e resultados obtidos por esta Superintendência no ano de 2004, analisando o trabalho desenvolvido e as condições oferecidas, o número do serviço aumentou significativamente ao contrário do número de servidores. Esperamos que em 2005 tenhamos melhores condições para desempenhar as nossas atividades.

Com efeito, Obedecendo às metas estabelecidas para serem cumpridas durante o ano de 2004, a 17ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, buscou ordenar o desenvolvimento das ações voltadas a obtenção dos objetivos elencados na proposta orçamentária/financeira de 2004. Entretanto, metas foram cumpridas, mais, alguns (Projetos voltados para o suporte da atividade Operacional), deixaram de serem executadas devido à falta de provisão orçamentária para sua execução. Administrativamente podemos definir o empenho da gestão de uma forma favorável, já que, os projetos realizados, e concluído pela 17ª SRPRF no exercício de 2004, foram de suma importância para que a 17ª SRPRF não sofresse solução de continuidade administrativa e operacional.

Cabe mencionar que mesmo dentro das limitações encontradas pela Administração Pública (Orçamento, insuficiência de pessoal) buscamos executar com eficiência, eficácia e economicidade os nossos trabalhos norteados pela Missão desta Instituição, através dos fatores determinantes de sucesso, visando alcançar resultados cada vez mais satisfatórios junto à sociedade.

É o relatório

Teresina/PI, 14 de fevereiro de 2005.

BERNARDO JOSÉ CARVALHO VAL
Superintendente Regional
17ª SRPRF/PI

COMPOSIÇÃO DA FROTA						
Placa	Fabric.	Modelo	Combustível	Ano	Lotação	Tipo de Veíc.
LVM-4623	FIAT	Tempra	Gasolina	1997	SEDE	Administrativo
JWT-7524	VW	Santana	Alcool	2002	SEDE	Administrativo
JFO-9046	VW	Gol	Gasolina	1995	SEDE	Administrativo
LVM-7093	VW	Paraty	Gasolina	1993	SEDE	Administrativo
LWM-4901	GM	Corsa	Gasolina	2000	SEDE	Administrativo
LWM-4911	GM	Corsa	Gasolina	2000	SEDE	Administrativo
LWM-4921	GM	Corsa	Gasolina	2000	SEDE	Administrativo
LVR-7574	GM	Blazer	Gasolina	1998	SEDE	Operacional
LVO-3346	FORD	F.1000	Diesel	1997	SEDE	Operacional
LVX-4763	GM	S10	Diesel	2004	SEDE	Operacional
LVM-4633	FIAT	Tempra	Gasolina	1997	SEDE	Operacional
LVK-0944	GM	Blazer	Gasolina	1998	NOE	Operacional
LWB-7474	GM	Blazer	Gasolina	2000	NOE	Operacional
JFP-6752	IM/M BENZ	SPRINTER F	Diesel	1999	SPF	Operacional
LWC-1252	FIAT	MAREA	Gasolina	2001	SPF	Operacional
LWC-1182	FIAT	MAREA	Gasolina	2001	SPF	Operacional
JFP-6594	FIAT	CAMINHÃO	Diesel	2002	SPF	Operacional
JFO-6816	IMP	KAWASAKI	Gasolina	1996	SPF	Operacional
JFP-8174	HONDA	CB 500	Gasolina	2002	SPF	Operacional
JFO-4231	HONDA	CB 500	Gasolina	2002	SPF	Operacional
JFP-7754	HONDA	CB 500	Gasolina	2002	SPF	Operacional
JFO-4161	HONDA	CB 500	Gasolina	2002	SPF	Operacional
JFP-7794	HONDA	CB 500	Gasolina	2002	SPF	Operacional
JFP-7664	HONDA	CB 500	Gasolina	2002	SPF	Operacional
JFO-4091	HONDA	CB 500	Gasolina	2002	SPF	Operacional
JFO-4371	HONDA	CB 500	Gasolina	2002	SPF	Operacional
LVI-4406	HONDA	CB 450	Gasolina	1988	SPF	Operacional
LVI-2876	HONDA	CB 450	Gasolina	1988	SPF	Operacional
LVI-2886	HONDA	CB 450	Gasolina	1988	SPF	Operacional
LVI-2896	HONDA	CB 450	Gasolina	1988	SPF	Operacional
LVI-2916	HONDA	CB 450	Gasolina	1988	SPF	Operacional
LVF-5087	HONDA	CB 450	Gasolina	1988	SPF	Operacional
LVF-5067	HONDA	CB 450	Gasolina	1988	SPF	Operacional

LVI-2936	HONDA	CB 450	Gasolina	1988	SPF	Operacional
LVI-2956	HONDA	CB 450	Gasolina	1988	SPF	Operacional
LVF-5077	HONDA	CB 450	Gasolina	1988	SPF	Operacional
LVR-7614	FIAT	IVECO	Diesel	1998	1ª DEL	Operacional
LVK-0934	GM	Blazer	Gasolina	1998	1ª DEL	Operacional
LVR-7424	GM	Blazer	Gasolina	1998	1ª DEL	Operacional
LVK-0954	GM	Blazer	Gasolina	1998	1ª DEL	Operacional
LVG-9446	GM	Veraneio	Gasolina	1995	1ª DEL	Operacional
LVR-7524	GM	Blazer	Gasolina	1998	1ª DEL	Operacional
LVR-7554	FIAT	IVECO	Diesel	1998	SPF	Operacional
LVH-7569	GM	Veraneio	Gasolina	1996	1ª DEL	Operacional
LVO-9926	GM	Veraneio	Gasolina	1996	1ª DEL	Operacional
LVI-5207	GM	Veraneio	Gasolina	1996	1ª DEL	Operacional
LVI-5187	GM	Veraneio	Gasolina	1996	1ª DEL	Operacional
LWB-6204	GM	Blazer	Gasolina	2000	1ª DEL	Operacional
LVX-4743	GM	ZAFIRA	Gasolina	2004	1ª DEL	Operacional
LVX-4783	GM	ZAFIRA	Gasolina	2004	1ª DEL	Operacional
LVO-3316	GM	Blazer	Gasolina	1997	2ª DEL	Operacional
LVK-0964	GM	Blazer	Gasolina	1998	2ª DEL	Operacional
LVO-3326	GM	Blazer	Gasolina	1997	2ª DEL	Operacional
LVH-7579	GM	Veraneio	Gasolina	1996	2ª DEL	Operacional
LVR-7444	GM	Blazer	Gasolina	1998	2ª DEL	Operacional
LWB-6214	GM	Blazer	Gasolina	2000	2ª DEL	Operacional
LVX-1292	GM	ASTRA	Gasolina	2003	2ª DEL	Operacional
LVO-1286	GM	Blazer	Gasolina	1997	3ª DEL	Operacional
LVR-7544	GM	Blazer	Gasolina	1998	3ª DEL	Operacional
LVI-5197	GM	Veraneio	Gasolina	1996	3ª DEL	Operacional
LVG-9436	GM	Veraneio	Gasolina	1995	3ª DEL	Operacional
LVX-1302	GM	ASTRA	Gasolina	2003	3ª DEL	Operacional
LVO-9906	GM	Veraneio	Gasolina	1996	4ª DEL	Operacional
LVO-3286	GM	Blazer	Gasolina	1997	4ª DEL	Operacional
LVK-0974	GM	Blazer	Gasolina	1998	4ª DEL	Operacional
LVK-0984	GM	Blazer	Gasolina	1998	4ª DEL	Operacional
LVR-7434	GM	Blazer	Gasolina	1998	4ª DEL	Operacional
LVR-7514	GM	Blazer	Gasolina	1998	4ª DEL	Operacional
LVR-7564	FIAT	IVECO	Diesel	1998	4ª DEL	Operacional
LWB-6234	GM	Blazer	Gasolina	2000	4ª DEL	Operacional
LVK-0924	GM	Blazer	Gasolina	1998	4ª DEL	Operacional
LVO-9916	GM	Veraneio	Gasolina	1996	4ª DEL	Operacional

JFP-6234	FIAT	CAMINHÃO	Diesel	2002	4ª DEL	Operacional
LVX-4773	GM	ZAFIRA	Gasolina	2004	4ª DEL	Operacional
LVR-7534	GM	Blazer	Gasolina	1998	5ª DEL	Operacional
LVK-0914	GM	Blazer	Gasolina	1998	5ª DEL	Operacional
LVR-7584	FIAT	IVECO	Diesel	1998	5ª DEL	Operacional
LWB-6244	GM	Blazer	Gasolina	2000	5ª DEL	Operacional
JFP-6154	FIAT	CAMINHÃO	Diesel	2002	5ª DEL	Operacional
JFP-6812	I/M BENZ	SPRINTER F	Diesel	1999	5ª DEL	Operacional
LVX-0932	GM	ASTRA	Gasolina	2003	5ª DEL	Operacional

VEÍCULOS RELACIONADOS PARA FUTURA BAIXA

Placa	Fabric.	Modelo	Combustível	Ano	Lotação	Tipo de Veíc.
LVJ-8811	GM	CHEVRO. 60	Gasolina	1976	Sede	Operacional
LVI-2946	HONDA	CB 450	Gasolina	1988	Sede	Operacional
LVL-6634	AMAZONAS	AMAZONAS	Álcool	1986	Sede	Operacional
LVL-6654	AMAZONAS	AMAZONAS	Álcool	1986	Sede	Operacional
LVL-1801	GM	CHEVRO. 60	Gasolina	1976	Sede	Operacional
JFO-6326	H. DAVID.	1200CC	Gasolina	1976	Sede	Operacional
LWB-6224	GM	Blazer	Gasolina	2000	3ª DEL	Operacional

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CURSOS REALIZADOS NA 17ª SRPRF/2004

Nº	CURSO	NÚMERO DE TREINANDOS	CUSTO	PERÍODO	LOCAL	PROMOÇÃO
01	I Encontro de Instrutores	04	3.466,36	11 a 15/02/2004	Brasília/DF	DPRF
02	Curso Levantamento do Local de Acidente	01	1.113,62	12 a 18/02/2004	Brasília/DF	DPRF
03	Encontro de Instrutores de Salvamento do DPRF	01	372,89		Curitiba/PR	DPRF
04	I Encontro Nacional de Chefes de Núcleos de Acidentes	01	847,05	22 a 24/03/2004	Brasília/DF	DPRF
05	Treinamento com Carabina CT-40	13	0,0	23 a 24/09/2004	Teresina/PI	17ªSRPRF/PI
06	Curso de Aposentadoria e Pensões	01	2.544,23	13 a 26/06/2004	Brasília/DF	DPRF
07	Curso de Formação de Instrutores/CFI	02	3.570,48	17 a 23/07/2004	Brasília/DF	DPRF
08	Treinamento "ASI" Módulos de Patrimônio e Almoarifado	01	2.166,52	12 a 18/09/2004	Brasília/DF	DPRF
09	Palestra sobre Direitos Humanos, Ética e Cidadania	59	0,0	24 a 25/03/2004 13 a 14/04/2004	Piripiri, Parnaíba, Picos e Floriano	17ªSPRF/PI
10	Curso de Informática Básica	09	1.400,00	22/06 a 23/07/2004	Teresina/PI	17ªSPRF/PI
11	Curso de Fiscalização de Tacógrafo	100	0,0	19/07 a 26/08/2004	Teresina, Picos, Floriano, Parnaíba e Piripiri	17ªSPRF/VDO
12	Curso Qualidade no Atendimento ao Público	19	349,55	23 a 26/08/2004	Teresina	17ªSPRF/PI
13	I Ciclo de Estudo sobre Operações de Inteligência	44	0,0	24/05/2004	Teresina-PI	17ª SRPRF/PI
14	I Semana de Adm. Orc. e Financ. e Modalidade de Compras do	04	3.042,68	20 a 24/09/2004	Fortaleza/CE	MOG

	Governo Federal					
15	Treinamento Téc. de Orçamento, Finanças e Contabilidade	02	4.063,90	04 a 08/10/2004	João Pessoa/PB	DPRF
16	Curso de Proc. Administrativo Disciplinar/PAD	01	1.752,15	27/07 a 01/10/2004	Natal/RN	ESAF
17	Reunião do Gab. de Gestão Integrada do Sistema Único de Segurança Pública	01	1.953,35	13 a 15/10/2004	Natal/RN	SENASP/MJ
18	II Seminário sobre Repressão ao Crime Organizado: Roubo de Cargas e Valores	01	0,0	06 a 08/10/2004	Recife/PE	SENASP/MJ
19	Curso de Aperfeiçoamento em Assuntos Internos	02	4.016,64	18 a 22/10/2004	Brasília/DF	DPRF
20	Treinamento SICON/ SIREP- Cronograma Físico-Financeiro	02	3.773,66	25 a 28/10/2004	Recife/PE	DPRF
21	Curso de Relações Humanas no Trabalho	35	857,50	20 a 29/10/2004 03 a 17/11/2004 22/11 a 03/12/2004	Teresina Parnaíba Floriano	17ªSRPRF/PI
22	Curso Avançado de Formação de Instrutores/CAFI	01	2.146,67	22/11 a 26/11/2004	Brasília/DF	DPRF
23	Semana de Orientação	01	723,37	15 a 21/11/2004	Brasília/DF	DPRF
24	Workshop para Chefes de Delegacias e Seções de Policiamento e Fiscalização	06	7.724,55	21 a 27/11/2004	Brasília/DF	DPRF
25	Worshop BR BRASIL	02	1.094,40	29/11 a 03/12/2004 06 a 10/12/2004	Fortaleza/CE	DPRF
26	Treinamento de Procedimento Administrativo Disciplinar	08	0,0	22 a 23/11/2004	Teresina	17ªSPRF
27	Curso de Reciclagem em Motociclismo	07	1.088,32	10 a 12/11/2004	Teresina	17ªSPRF
28	Curso de Formação de Motociclista Regional	16	4.911,68	22/11 a 10/12/2004 13 a 31/12/2004	Teresina Floriano	17ªSPRF

29	CAD/Acidentes e Levantamento do Local	18	0,0	01/04 a 23/07/2004 13/09 a 17/12/2004	Teresina	DPRF
30	I Curso sobre Redução da Demanda e Oferta e Nova Política Nacional. sobre Drogas	01	0,0	13 a 17/12/2004	Brasília /DF	SENASP
31	III Encontro Nacional da Divisão de Multas	01	2.903,65	13 a 17/12/2004	Curitiba/PR	DPRF
32	I Fórum de Atualização de Instrutores	02	767,50	13 a 17/12/2004	Fortaleza	DPRF
33	I Encontro do Conselho Pedagógico/CONPED	03	5.237,28	02 a 08/12/2004	Brasília/DF	DPRF
34	Encontro Nacional de Comunicação Social	01	438,17	29/11 a 03/12/2004	Fortaleza/CE	DPRF
35	Curso de Fiscalização e Excesso de Peso	17	802,00	22 a 29/12/2004	Parnaíba Piripiri	17ªSPRF
36	Treinamento sobre Abordagem, Manuseio, Desmontagem e Montagem da CT40	43	1.603,84	10 e 11/12/2004 20 e 21/12/2004 28 e 29/12/2004	Picos Parnaíba Piripiri	17ªSPRF
	TOTAL GERAL	426	64.732,01	-	-	-

EXERCÍCIO - 2004

Mês	jan/04	fev/04	mar/04	abr/04	mai/04	jun/04	jul/04	ago/04	set/04	out/04	nov/04	dez/04
Ativo	221	220	220	220	220	220	220	230	231	230	229	229
Inativo	90	90	90	90	90	90	90	90	90	91	91	91
Remoção p/ outra Regional		1										
Remoção p/ 17ªSRPRF								8	1			
Provisão												
Admissão	1							2				
Vacância												
Aposentadoria										1		
Exoneração											1	
Demissão												
Falecimento												
Posição FT												
Ano Anterior												
Ano Anual	221	220	220	220	220	220	220	230	231	230	229	229

